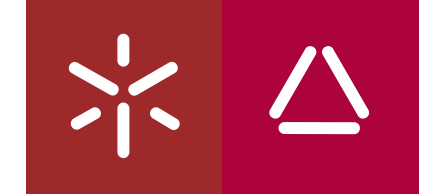


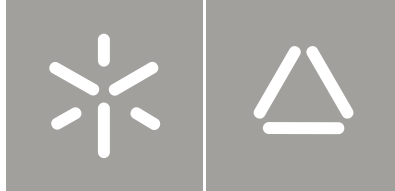


Bruno Manuel Gomes Lopes

Relatório de estágio na delegação de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), com ênfase na procura de soluções para o problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Bruno Manuel Gomes Lopes

Relatório de estágio na delegação de Braga
da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Norte
(CCDR-N), com ênfase na procura de soluções
para o problema das vacarias ilegais no
concelho de Barcelos

Mestrado em Geografia
Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Miguel Sopas Melo Bandeira

e coorientação da
Engenheira Luísa Queirós

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

É essencial e absolutamente importante aproveitar esta página para agradecer, a todos os que diretamente ou mais indiretamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Quero agradecer de forma destacada ao Professor Miguel Bandeira, quer pela sua orientação do trabalho e relatório, com sugestões de inegável valia, quer pelo seu papel decisivo na possibilidade de efetuar o estágio na CCDR-N, onde adquiri aprendizagens decisivas para o meu futuro como geógrafo e experiência de um ano, a desenvolver capacidades como urbanista e no âmbito do Planeamento Urbano e do Ordenamento do Território.

Uma palavra de apreço à Eng.^a Luísa Queirós, Chefe de Divisão da ESR Braga da CCDRN, pela orientação dos trabalhos que efetuei e pela aprendizagem que se preocupou em proporcionar-me no local de estágio. Palavra de apreço, com um grande sentido de gratidão, que aliás estendo a todos os colaboradores da ESR Braga, em especial ao Arq.^o Alexandre Basto e ao Arq.^o Teotónio Santos companheiros de gabinete, proporcionando sempre um ambiente de camaradagem e aprendizagem, mas também ao Dr.^o José Fernando, a Eng.^a Isabel Presa, a Arq.^a Irene Rodrigues, ao Sr. Lopes, à Dona Alcina, à Sílvia, ao Sr. José e ao Sr. Fernando. Um bem-haja a todos eles!

Queria agradecer à Joana, minha namorada, que apesar de também estar envolvida na conclusão do seu mestrado, nunca deixou de estar presente. Quero manifestar o meu profundo apreço e gratidão pelos preciosos conselhos, sugestões, alertas, ajuda e especialmente pela força que me transmitiu, foi fundamental para que ultrapassasse as incertezas constantes de um período como este.

À minha Família, em especial aos meus pais, pelo apoio e paciência demonstrada, pois nem sempre se torna fácil a convivência com uma pessoa absorvida por um trabalho desta natureza.

Quero agradecer aos meus amigos Hugo e Diogo pelos ensinamentos e ajuda, ao nível informático, que proporcionaram.

Por último, à Maria José, colega geógrafa e de estágio, pelo apoio prestado.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo relatar o estágio realizado na Estrutura de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), no âmbito do mestrado em Geografia na Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território.

Trabalhando como Geógrafo e integrado numa equipa interdisciplinar, é caracterizado ao longo do trabalho todo o percurso realizado, com enfoque nos temas trabalhados no âmbito do Planeamento e Ordenamento do Território, tais como a colaboração em análise de processos de usos e ações em solos da Reserva Ecológica Nacional e no acompanhamento que teve a oportunidade de observar à revisão de Planos Diretores Municipais.

É desenvolvido ainda neste relatório de estágio, um caso prático, a procura de soluções para resolução da problemática das vacarias ilegais no concelho de Barcelos no âmbito dos Instrumentos de Gestão do Território.

É destacada a importância da realização de estágios em organismos do Estado ou da Administração Local, no desenvolvimento profissional de licenciados em Geografia.

Abstract

This work's purpose is to summarize the internship at the Estrutura de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), on the subject of the master degree in Geografia in Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território.

Working as a Geographer and integrated in an interdisciplinary team, the course that was fulfilled is characterized along this work, with focus on the subjects worked on the range of Territory planning and Ordainment, such as the processes of analyzing actions and uses on terrains belonging to the Reserva Ecológica Nacional (REN) and revisão de Planos Directores Municipais (PDM).

In this internship paper it's also developed a real case, the search of solutions to the problematic of illegal barns in the municipality of Barcelos taking in account the Instruments of Territory Ordain.

The importance of the internships in State or Local Administration organisms in the professional development of Licensees in Geography is put on focus.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Gráficos	viii
1. Nota Introdutória	1
1.1. Apresentação de tarefas e Tema	2
1.2. Estrutura do Relatório	4
1.3. Objetivos do Relatório.....	5
2. CCDR-N: Desenvolvimento do trabalho.....	7
2.1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N)	7
2.1.2. Estrutura Sub-regional de Braga – ESR Braga	9
2.2. Reserva Ecológica Nacional	12
2.2.1. Adaptação das delimitações municipais nas Cartas da REN	15
2.3. Descrição do trabalho realizado no estágio	17
2.3.2. Análise de um processo REN: Procedimento.....	20
2.3.2.1. Ligação com os técnicos superiores	23
2.3.2.2. Quantificação e análise gráfica dos processos REN analisados	27
2.3.3. Expedientíssimo.....	37
2.3.4. Acompanhamento da análise da revisão de PDM's e registo da plataforma dos PDM's. 41	
3. Problemática da resolução do problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos..	46
3.1. Enquadramento Teórico.....	46
3.2. O setor do leite no contexto da PAC pós-2013.....	51
3.3. Apresentação e diagnóstico do problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos.....	52
3.3.1. Análise gráfica da concentração/dispersão das vacarias no concelho de Barcelos 55	
3.3.2. Observação in loco no terreno	61
3.4. Soluções para a problemática das vacarias ilegais em Barcelos – no âmbito dos IGT's 64	
3.4.1. Problemática e Objetivos da Investigação.....	67
3.4.2. Diplomas legais que sustentam os Instrumentos de Gestão Territorial.....	69

3.4.3.	Soluções para as explorações agropecuárias do concelho de Barcelos.	
	Licenciamento das explorações bovinas.....	78
3.5.	Amostra de exemplos relacionados com a problemática	90
3.5.1.	Suinculturas – Leiria.....	90
3.5.2.	Torres Vedras – Perguntas mais frequentes sobre o licenciamento de atividades agropecuárias.....	91
3.5.3.	Leicar – Associação Portuguesa de Produtores de Leite e Carne de Entre Douro e Minho	93
4.	Conclusão	96
5.	Referências Bibliográficas:	98

Abreviaturas

➤ Institucionais

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

ESR Braga – Estrutura Sub-Regional de Braga

REN – Reserva Ecológica Nacional

RAN – Reserva Agrícola Nacional

PDM – Plano Diretor Municipal

SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

IGT's – Instrumentos de Gestão Territorial

RJREN – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

ERRAN - Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

PGF – Plano de Gestão Florestal

AFN – Autoridade Florestal Nacional

AIA - Avaliação de Impacte Ambiental

PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território

NUT – Unidade Territorial Estatística

PAC – Política Agrícola Comum

SIG - Sistema de Informação Geográfica

CA – Comissão de Acompanhamento

REAP – Regime do Exercício da Atividade Pecuária

Índice de figuras

Figura 1: Organização funcional dos Serviços da CCDR-N, com os concelhos abrangidos pela ESR Braga a azul (Fonte: Âmbito geográfico de intervenção das Estruturas Sub-Regionais e da sede da CCDR-N de acordo com o Despacho n.º 14213/2009, publicado no Diário da República, 2ª série – n.º 120 de 24 de Junho).....	10
Figura 2: Extrato da carta e da legenda da REN de Melgaço com as áreas integradas em REN com as denominações do revogado RJREN (Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março) (Fonte: PDM de Melgaço, 1995).....	16
Figura 3: Extrato da carta n.º 12 e da legenda da REN de Arcos de Valdevez com as áreas integradas em REN com as denominações do atual RJREN (Fonte: PDM dos Arcos de Valdevez, 2008).	16
Figura 4 Enquadramento geográfico do concelho de Barcelos (Fonte: Imagens do Google)	46
Figura 5 Concentração espacial de vacarias na zona sul do concelho de Barcelos (Fonte: CCDR-N Braga – Mapoteca, 2013).....	53
Figura 6 Extrato da carta militar com a mesma zona da figura 5, com as vacarias delimitadas por polígonos vermelhos (Fonte CCDR-N Braga – Mapoteca, 2013).	53
Figura 7: Imagens do concelho de Barcelos, com a divisão por cartas de ordenamento e por freguesias respetivamente (PDM de Barcelos, 2013 e esec-Barcelos).....	56
Figura 8: - Exemplo de vacaria implantada junto a uma linha de água (Fotos de execução própria, Roriz, 2012).....	61
Figura 9: – Imagens das vacarias que observei in loco em Lijó, imagem retirada do Google Earth e imagem da carta de ordenamento do PDM de Barcelos (Google Earth, 2012 e PDM de Barcelos, 1995).	62
Figura 10: Extrato da legenda da carta de ordenamento do PDM de Barcelos (PDM de Barcelos, 1995).	63
Figura 11: conjunto de imagens que demonstram a proximidade de vacarias (polígonos vermelhos) a casas de habitação e integradas em meio urbano, no caso em Macieira de Rates (Google Earth, 2013).....	66
Figura 12: Extrato de imagem da nova carta de ordenamento n.º 83-1 (freguesias de Courel e Gual) do PDM de Barcelos (Proposta de Delimitação - Ordenamento da revisão do PDM de Barcelos, 2012).....	83

Figura 13: Legenda da carta de ordenamento n.º 83-1 (Proposta de Delimitação - Ordenamento da revisão do PDM de Barcelos, 2012).	83
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Gráfico com a distribuição quantitativa de processos analisados por concelho (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).	28
Gráfico 2: Gráfico com o número de processos por tipo de procedimento (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).	29
Gráfico 3: Gráfico com a diferenciação entre Comunicação Prévia e Autorização e a natureza do parecer (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).....	31
Gráfico 4: Gráfico com o número de processos por grupos constituintes do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).....	32
Gráfico 5: Gráfico com a quantificação dos subsistemas da Reserva Ecológica Nacional afetados pelos processos analisados (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013)	34
Gráfico 6: Gráfico com a distribuição das explorações agropecuárias por carta de ordenamento (Cartas Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).	55
Gráfico 7: Gráfico com a demonstração do número de vacarias através da divisão Norte-Sul do concelho de Barcelos (Fonte: Cartas da Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).....	58
Gráfico 8: Gráfico com o número de vacarias localizadas por classe de espaço (Fonte: Cartas da Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).	59

1. Nota Introdutória

O presente relatório teve como base o estágio curricular realizado na CCDR-N com o tema ***“Projeto de Dissertação sobre o estágio na delegação de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), com ênfase na procura de soluções para o problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos”***.

O protocolo entre o Departamento do curso de Geografia da Universidade do Minho e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), deu oportunidade a que alunos licenciados em Geografia com o Mestrado de Planeamento e Gestão do Território realizassem o respetivo estágio na CCDRN.

O estágio, com a duração de um ano, teve o intuito de desenvolver, aptidões e competências através da intervenção geográfica na Estrutura Sub-Regional de Braga, responsabilidade do supracitado organismo público. No final do estágio seria elaborado um relatório de todas as atividades realizadas, substituindo assim a dissertação de mestrado. O estágio curricular, na Estrutura Sub-Regional de Braga, teve início a 22 de Fevereiro de 2012 e terminou a 28 de Fevereiro de 2013.

Os dois orientadores do estágio e diretamente ligados ao seu acompanhamento, foram, numa vertente mais teórica e académica, o meu orientador de Mestrado, o Professor Miguel Sopas Melo Bandeira, Professor Associado, do Departamento de Geografia da Universidade do Minho e, numa vertente prática e de observadora/orientadora no local de estágio, a Eng.ª Luísa Queirós, Chefe de Divisão da Estrutura Sub-Regional de Braga da CCDR-N, a quem todas as atividades e tarefas desenvolvidas foram reportadas e de quem mereceram apreciação e acompanhamento técnico permanente.

1.1. Apresentação de tarefas e Tema

Ao longo dos 12 meses trabalhei com processos ligados à apreciação de usos e ações em:

- **Reserva Ecológica Nacional (REN)**, queixas devido a usos e ações não autorizados em terrenos protegidos da REN;
- Inserção de dados relativos a processos de gestão da REN no **Expedientíssimo** – base de dados com os dados relativos a todos processos que deram entrada nos serviços da CCDR com a finalidade de poder ser acedida com rapidez e facilidade. À data da minha entrada no organismo, foi necessário inserir os dados referentes a processos de 2010, 2011 e 2012;
- **Participação e observação no acompanhamento da revisão de Plano Diretor Municipal (PDM)**, no caso Barcelos e Vila Verde, o item com que tive menos contacto, sendo que mesmo assim foi enriquecedor para a aprendizagem e crescimento profissional;
- **Pedreiras** em atividade em solo da REN, tendo o Arq. Alexandre Basto (técnico superior da CCDR-N Braga) como responsável na estrutura Sub-Regional de Braga pelo acompanhamento das Pedreiras ilegais. Ficou sobre a minha responsabilidade a elaboração de ofícios, solicitando a colaboração do SEPNA para atualizar informação relativa à utilização de solos da REN.

A atividade desenvolvida incidiu sobretudo nos domínios Ordenamento do Território e Ambiente, nomeadamente nas áreas que enumerei mais atrás, mas também na análise dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs), para encontrar soluções que resolvam a problemática das vacarias ilegais localizadas em REN no concelho de Barcelos.

A minha incumbência consistia em desenvolver o meu trabalho e adquirir competências principalmente ao nível do Ambiente e Ordenamento do Território.

Este trabalho será dividido em dois pontos importantes e que acabam por se complementar, nomeadamente no seio do trabalho que fui desenvolvendo todos os dias, na delegação de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Ou seja, por um lado, o trabalho do dia-a-dia que vou

desenvolvendo e por outro, trabalhando um pouco na “sombra” um tema mais complexo, como a procura de soluções para o problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos, no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Sousa e Baptista (2010) referem “ (...) *embora um relatório de estágio tenha um carácter mais profissionalizante, dado o candidato usualmente realizar o seu trabalho inserido na instituição, é essencial existir um enquadramento teórico e metodológico que permita a realização de um trabalho de âmbito científico. As tarefas e funções a exercer devem ser claramente identificadas e especificadas, e os objetivos do estágio distintamente definidos. (...)* ”.

1.2. Estrutura do Relatório

Por fim, falta salientar a estrutura na qual a tese se encontra alicerçada. Depois desta introdução, segue-se o comum corpo de texto, que prefiro no caso deste trabalho, apelidar de “Desenvolvimento”, com dois eixos fundamentais:

➤ **Ponto 1-** apresenta a experiência de trabalho na CCDR-N, sobretudo no domínio do Ordenamento e subsequentemente na REN e todas as suas componentes associadas,

➤ **Ponto 2-** subordinado á problemática da resolução do problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos e objetivos relacionados com o tema.

1.3. Objetivos do Relatório

O Ponto 1 é subordinado ao trabalho realizado no âmbito da aplicação do Regime Jurídico da REN, nomeadamente a análise de processos, plataforma do Expedientíssimo, revisão de PDM, e outras tarefas que realizei mas em menor escala e detalhe mas que considero pertinente realçar.

Este é um relatório de estágio que substitui o formato da dissertação de mestrado, sendo o seu objetivo principal, fornecer uma descrição sucinta e organizada das atividades realizadas durante a sua duração. É secundado por um outro objetivo que incide sobre a ou as soluções para a resolução do problema das vacarias ilegais em Barcelos baseado no padronizado nos Instrumentos de Gestão Territorial.

Foi proposto pela CCDR-N que, ao longo do estágio e ao mesmo tempo que realizava as tarefas relacionadas com o meu posto de trabalho, fosse pensando, estudando e investigando o tema das vacarias ilegais, pois muitas coincidiam com terrenos da REN e ao mesmo tempo era uma das questões a ser solucionada na revisão do PDM de Barcelos, cuja presidência da Comissão de Acompanhamento era assegurada pela Eng.^a Luísa Queirós. Criou-se, desde logo, uma simbiose entre as tarefas diretamente ligadas ao plano de estágio e a problemática das vacarias ilegais, pois teria acesso a documentação, mapas, PDM's, legislação, todo o tipo de informação relacionada com a reserva ecológica nacional. Em termos de instrumentalização e apoio documental, serviam de suporte tanto para a análise de processos-REN como para verificar informação sobre as vacarias ilegais.

O acesso às cartas da REN e da RAN, Cartas de Condicionantes e Cartas de Ordenamento, ao Regime Jurídico da REN e á mapoteca digital constituiu-se com um pormenor muito importante. Este acesso constituiu-se de vital importância porque o aceder a este tipo de informação permitiu-me retirar imagens com os sistemas da REN afetados pela ação ou pelo uso, as condicionantes que existem consagradas em casa um dos planos diretores municipais e o que cada município tem preconizado, ao nível do ordenamento, para cada área do seu território. O acesso a imagens da mapoteca permite saber com exatidão se determinada área ou terreno está já comprometido ou não com algum tipo de obra ou ação humana. Permite ainda retirar imagens das cartas

atrás referidas, além de disponibilizar cartas militares, imagens do Google Earth e das demais variadas finalidades.

2. CCDR-N: Desenvolvimento do trabalho

2.1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N)

Serviço integrado na Presidência do Conselho de Ministros e tutelado em conjunto pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia e Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte é uma instituição pública cuja atuação visa o desenvolvimento integrado e sustentável do norte de Portugal, contribuindo para a competitividade e coesão do território nacional.

Com a incumbência de executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e desenvolvimento regional na Região do Norte (NUT II), a CCDR-N promove igualmente a atuação coordenada dos serviços desconcentrados, de âmbito regional, e apoia tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. A CCDR-N visa ainda contribuir como um instrumento de modernização e democratização da Administração Pública portuguesa, no contexto da desconcentração e descentralização administrativas, à luz do seu diploma legal.

O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, estabelece as atribuições e competências legais da CCDR-N e atualizou o modelo organizacional da mesma, no âmbito das orientações definidas pelo plano de redução e melhoria da Administração Central, com a finalidade de reduzir a burocracia, não raras vezes associada à máquina do estado e que assombra um desenvolvimento mais rápido e equilibrado do país.

Este diploma refere que uma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional é um serviço incumbido de um conjunto de atribuições, nos seguintes domínios:

1. Desenvolvimento regional e planeamento estratégico;
2. Ordenamento do território e cidades;
3. Ambiente e conservação da natureza;
4. Gestão de fundos comunitários;
5. Apoio às autarquias locais e suas associações;

6. Cooperação inter-regional e transfronteiriça;
7. Gestão das intervenções operacionais regionais;
8. Coordenação dos serviços desconcentrados de âmbito regional da Administração Central do Estado.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional está dividida em 5 áreas geográficas designadas de região. Estão instituídas as seguintes CCDR:

- a) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), com sede no Porto;
- b) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), com sede em Coimbra;
- c) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), com sede em Lisboa;
- d) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), com sede em Évora;
- e) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), com sede em Faro.

As CCDR dispõem de serviços sub-regionais desconcentrados.

A CCDR-N apresenta 3 estruturas sub-regionais, com sede em Braga, Vila Real e Bragança.

Cada CCDR é dirigida por um presidente, coadjuvado por dois vice-presidentes, cargos de direção superior de 1º e 2º grau respetivamente.

As Direções de Serviços e Unidades orgânicas são:

- O Gabinete do Presidente;
- Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional;
- Direção de Serviços de Ordenamento do Território;
- Direção de Serviços de Ambiente;
- Direção de Serviços de Fiscalização;
- Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local;

- Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira;
- Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais;
- Divisão de Gestão dos Programas de Cooperação Transfronteiriça;
- Unidade para a Cooperação Estratégica;
- Gabinete de Marketing e Comunicação;
- Estruturas sub-regionais com as respetivas chefes de Divisão.

2.1.2. Estrutura Sub-regional de Braga – ESR Braga

As Estruturas Sub-Regionais da CCDRN foram criadas através de Despacho nº 25463/2008, publicado em Diário da República de 2ª série, de 13 de Outubro de 2008, com a missão de efetuar atividades no domínio Ambiente, Ordenamento do Território e da Fiscalização, bem como apoiar o Programa Operacional Regional do Norte ON2.

A Estrutura Sub-Regional de Braga abrange um território composto pelas NUT's Cávado e Minho-Lima e parte das NUT's Ave e Tâmega, abrangendo um total de 24 municípios. A área territorial aproximada é de 4700 Km² e a população alvo ligeiramente superior a um milhão de habitantes.

Pela análise do território abrangido pela Estrutura Sub-Regional de Braga pode-se afirmar que os municípios integrados apresentam estruturas sociais, económicas e demográficas muito distintas, constituindo um retrato do que se passa pelo país, por vezes até contrastantes, decorrentes de afinidades territoriais e da articulação com as áreas de vizinhança. Trata-se de um território onde as diferenças evidenciam a existência de bolsas de inovação das mais representativas do país, com impactos que transcendem as fronteiras nacionais, como é o caso do quadrilátero definido pelas cidades Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, e outras áreas, mais interiores e periféricas, que atravessam processos de rápida desaceleração económica e despovoamento continuado, condicionando, dessa forma as expectativas da população e os níveis atingidos de qualidade de vida.

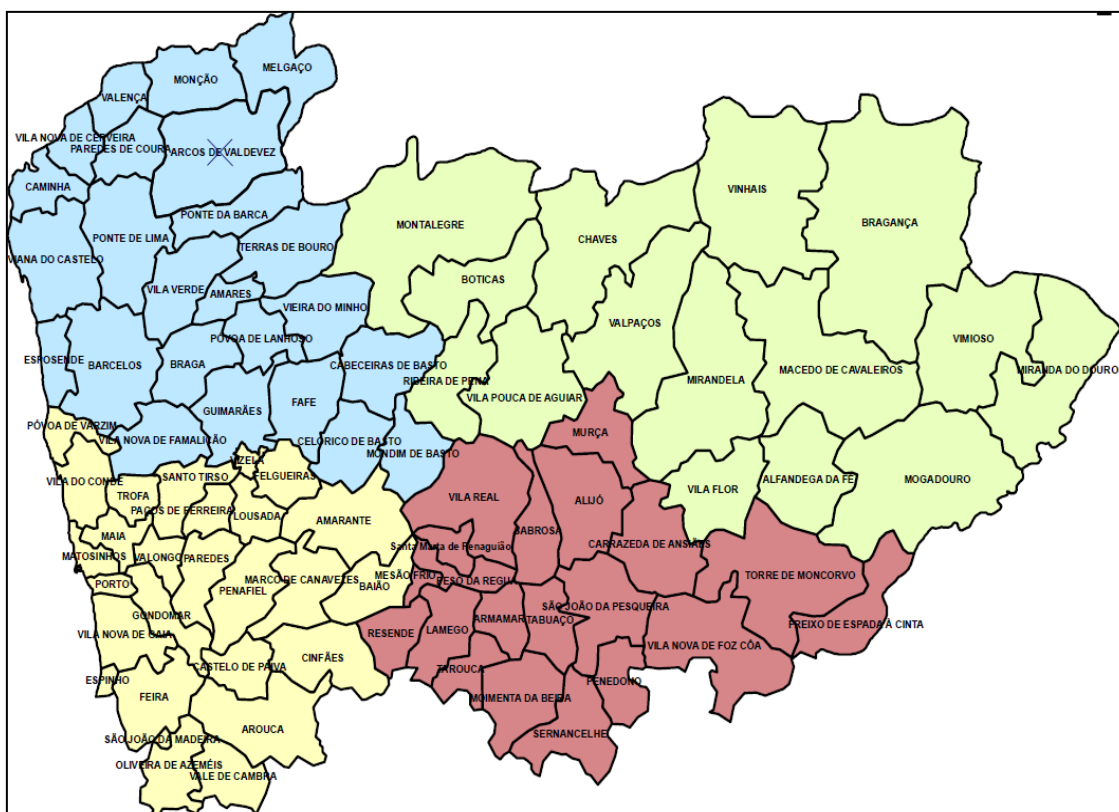


Figura 1: Organização funcional dos Serviços da CCDR-N, com os concelhos abrangidos pela ESR Braga a azul
(Fonte: Âmbito geográfico de intervenção das Estruturas Sub-Regionais e da sede da CCDR-N de acordo com o Despacho n.º 14213/2009, publicado no Diário da República, 2ª série – n.º 120 de 24 de Junho).

A atividade desenvolvida por esta ESR focou-se sobretudo nos domínios Ordenamento do Território e apoio ao Programa Operacional Regional do Norte ON2, ancorados no indispensável apoio prestado pelo Secretariado, o qual centrou-se no apoio á chefia de divisão, atendimento ao público, gestão de arquivo, gestão de viaturas, no registo e expedição de correio e na emissão de guias de receita.

O meu trabalho desenvolveu-se no seio da equipe técnica que trabalhava no domínio do Ordenamento do Território, existindo mais duas equipes, o quadro técnico do QREN e o grupo de administrativos que estavam encarregues pelo apoio de Secretariado.

As principais tarefas atribuídas ao domínio do Ordenamento do Território são:

- Acompanhamento dos processos de revisão de Planos Diretores Municipais, assegurando a presidência das Comissões de Acompanhamento;
- Assegurar a elaboração de pareceres finais dos processos de elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território ao abrigo do art.º 75º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
- Assegurar a gestão da Reserva Ecológica Nacional, no âmbito do disposto no Regime Jurídico da REN (RJREN);
- Participação na apreciação de projetos abrangidos pelo Regime Jurídico de Avaliação de Impacto Ambiental (RJIAA), assegurando a avaliação dos descritores Ordenamento do Território e Uso do Solo;
- Prestar assessoria técnica solicitada por tribunais, ministério público e autarquias na avaliação do cumprimento dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Emissão de informações técnicas na sequência de denúncias e reclamações relacionadas com violação dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Participação em grupos de trabalho e emissão de pareceres para efeitos de licenciamento de Pedreiras, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 270/2201, de 6 de Outubro, com a redação dada pelo DL n.º 340/2007, de 12 de Outubro;
- Emissão de pareceres internos de ordenamento do território relacionados com processos de licenciamento de operação de resíduos.

2.2. Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto de tipologias que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Assim, aplica-se a esta estrutura um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos, identificando-se usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime nas diferentes tipologias. A REN visa contribuir para a ocupação e uso sustentável do território. A REN é de delimitação obrigatória ao nível dos PMOT. No caso da ESR de Braga neste momento só o concelho de Vila Verde não possui delimitação da REN publicada.

A REN foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro. Constitui-se num regime puramente “*non aedificandi*” – áreas onde definido por lei que não se pode construir ou fazer qualquer tipo de obra.

As competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, estão definidas pelo do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, o qual foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro.

Desde o início do estágio, em Fevereiro e sensivelmente até Dezembro, em 10 dos 12 meses de estágio portanto, a análise dos processos da REN que estiveram a meu cargo (sob orientação de um técnico superior) decorreu durante a aplicação do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 2 de Novembro, e a Portaria n.º 1356/2008 de 28 de Novembro. Os restantes dois meses do estágio, os processos REN que acompanhei foram já analisados com base no Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, o presente diploma procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. A regulamentar este diploma temos a Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro em substituição da Portaria n.º 1356/2008, de 28 de Novembro.

A Portaria n.º 1356/2008 de 28 de Novembro, estabelece os requisitos que devem ser observados para a autorização das ações consideradas como compatíveis

com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais nas áreas integradas na REN definidas no Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro o qual por sua vez apresenta a Portaria n.º 419/2012, de 20 de Novembro, em substituição da Portaria n.º 1356/2008, de 20 de Novembro. Os decretos-lei referidos constituem a parte fundamental do quadro legal do Regime Jurídico da REN (RJREN) que regem a análise de pretensões que entraram nos serviços da CCDR-N para uso de terrenos da reserva ecológica.

O Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de Novembro, introduziu importantes alterações no regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, as quais visam uma melhor articulação entre os vários regimes jurídicos existentes na área do ordenamento do território e a consequente simplificação procedimental.

Principais alterações no RJREN com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 20 de Dezembro:

- No capítulo dos usos e ações compatíveis com a REN eliminou-se a figura de controlo prévio, na modalidade de autorização e acentuando-se a responsabilização dos particulares e o sistema de fiscalização sucessiva;
- Usos e ações que não ficaram isentos de controlo prévio, de acordo com o anexo II ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, passam a ser objeto de mera comunicação prévia, cuja instrução carece de regulamentação;
- Nos termos previstos no n.º 5 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro, serão definidas em portaria as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN, que sendo objeto de comunicação prévia, carecem de parecer obrigatório e vinculativo da Agência Portuguesa do Ambiente.

Principais alterações com a publicação da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro, em substituição da Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro:

- Em zonas adjacentes e zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar, a pretensão só pode ser admitida se estiver assegurada a livre circulação de águas;
- O Anexo I correspondente às Condições e requisitos para a admissão dos usos e ações referidas nos números 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, passou a ter 8 grupos setoriais ao contrário dos 7 da anterior portaria, sendo que com a eliminação da figura de autorização, acabaram também muitos dos requisitos para a admissão de usos e ações, reduzindo substancialmente a carga burocrática e assinalando a simplicidade e facilidade da figura de controlo prévio da Comunicação Prévia;
- O anterior Anexo II que continha os elementos instrutórios nos procedimentos de autorização, com a eliminação desta, assume-se agora como o anexo com os usos e ações que carecem de parecer obrigatório e vinculativo da APA, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com republicação do Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro.

2.2.1. Adaptação das delimitações municipais nas Cartas da REN

Ao longo do estágio fui consultando e trabalhando com Cartas da REN dos diferentes concelhos que fazem parte da área de atuação da ESR Braga. A cada processo que analisava, era necessário verificar as cartas da REN do concelho no qual a ação se inseria para verificar qual o/os sistemas integrados na REN a ação afetava.

A nível operativo as cartas devem ter o seguinte conteúdo:

1. A delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN é obrigatória;
2. Na elaboração da proposta de delimitação da REN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas;
3. As cartas de delimitação da REN a nível municipal são elaboradas à escala de 1:25 000 ou superior, acompanhadas da respetiva memória descritiva, e delas devem constar:
 - A delimitação das áreas incluídas na REN, indicando as suas diferentes tipologias de acordo com o artigo 4.º;
 - As exclusões de áreas, nos termos do número anterior, que, em princípio, deveriam ser integradas na REN, incluindo a sua fundamentação e a indicação do fim a que se destinam.

As áreas da REN são identificadas nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território e constituem parte integrante das estruturas ecológicas municipais.

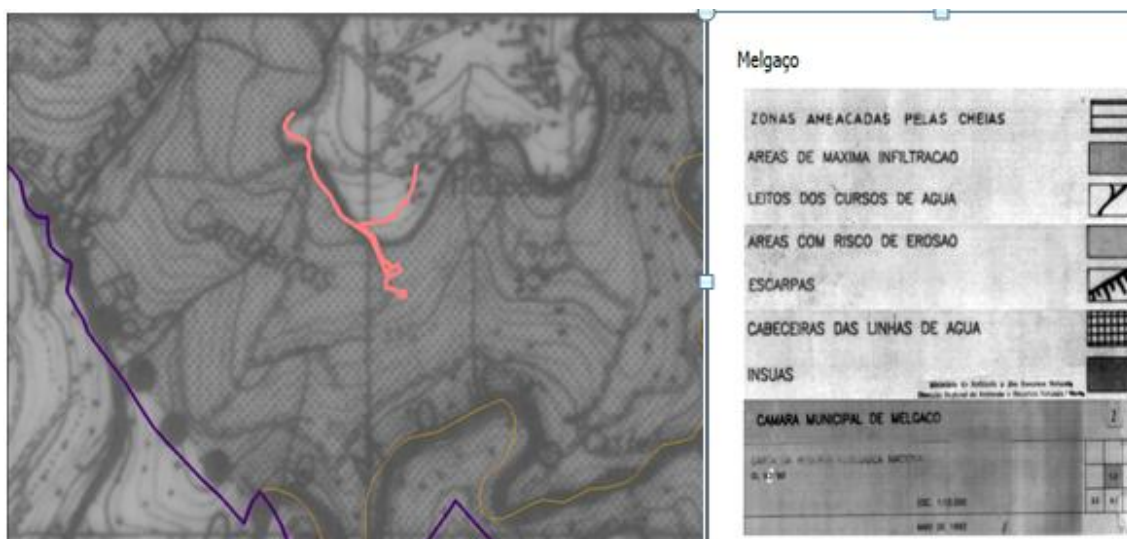


Figura 2: Extrato da carta e da legenda da REN de Melgaço com as áreas integradas em REN com as denominações do revogado RJREN (Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março) (Fonte: PDM de Melgaço, 1995).

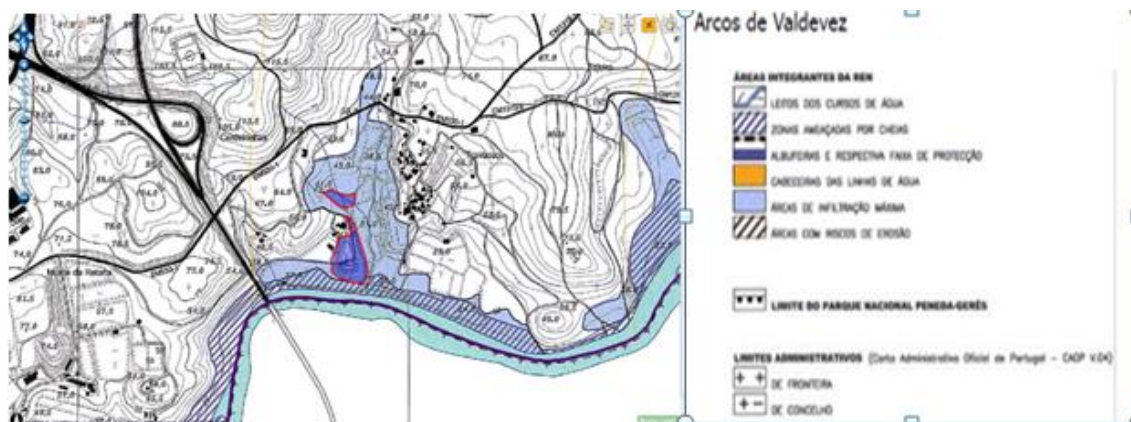


Figura 3: Extrato da carta n.º 12 e da legenda da REN de Arcos de Valdevez com as áreas integradas em REN com as denominações do atual RJREN (Fonte: PDM dos Arcos de Valdevez, 2008).

2.3. Descrição do trabalho realizado no estágio

O estágio decorreu, quase na sua totalidade, nas instalações da Estrutura Sub-Regional de Braga, com a exceção de algumas deslocações á sede da CCDR-N no Porto.

O resultado destas deslocações também é importante de referir neste relatório. Das 3 vezes que fui á sede da CCDRN no Porto, uma foi para me reunir com a responsável máxima pelo Ordenamento do Território e por consequência da REN na CCDRN, e as outras duas para frequentar uma ação de formação e uma conferência, ambas no domínio do ordenamento do território.

As deslocações tiveram a sua contribuição para o trabalho, uma definiu um caso prático (tema) para o relatório e as outras duas resultaram no apuro de qualificação profissional como técnico do Ordenamento e do Urbanismo, retirando daí novas ideias sobre o que se pode fazer, e o que se está a passar no mundo, em relação ao planeamento urbano.

2.3.1. Deslocações e Formações no Porto

Decorrido pouco tempo do estágio, cerca de dois meses, foi proposto que me dirigisse com a Eng.^a Luísa Queirós ao Porto para uma pequena reunião com a diretora regional dos Serviços de Ordenamento do Território, na altura a Dr.^a Célia Ramos, com o objetivo de esclarecer os motivos que levaram à celebração do protocolo entre a Universidade do Minho e a CCDR-N para a realização de estágios curriculares no domínio da Geografia e Planeamento tendo sido proposto como tema a desenvolver no estágio a resolução do problema das vacarias ilegais em REN no âmbito da revisão do PDM de Barcelos.

Ficou ainda estabelecido que colaboraria nas restantes atividades desenvolvidas na ESR de Braga neste domínio.

A segunda deslocação ao Porto destinou-se a frequentar uma ação de formação orientada para técnicos do Ordenamento do Território, ação essa intitulada de *“Falar o Ordenamento do Território”*, para a qual fui também convidado a assistir. Esta ação decorreu durante dois dias, a 17 e 18 de Abril de 2012, tendo lugar no Hotel Ipanema, perto da sede da CCDRN, subordinada ao tema do ordenamento do território. A ação teve como participantes e oradores, profissionais de inegável valia e reconhecido contributo que há muitos anos se dedicam a temas relacionados com essa problemática, havendo a destacar nomes que dispensam apresentações, tais como o Prof.º Sidónio Pardal, o Prof.º Dr.º Rio Fernandes, Prof.ª Dr.ª Teresa Sá Marques, o Prof.º Dr.º João Ferrão entre outros, especialistas com os quais estava familiarizado do tempo da licenciatura por consultar obras e artigos da sua autoria sobre o ordenamento, desenvolvimento sustentável e ambiente. Frequentar esta formação constituiu também uma faceta da aprendizagem como técnico superior, tive como companheiros de formação técnicos da estrutura de Braga e de outras estruturas sub-regionais, de associações de municípios e de outros serviços da administração central desconcentrada que tutela setores com impacto no ordenamento do território, profissionais com muitos anos de ligação a esta temática, nestes dias tive a oportunidade de falar com alguns desses profissionais e trocar impressões.

A terceira e última deslocação ao Porto ocorreu no dia 23 de Janeiro de 2013 com o intuito de assistir a uma conferência. A palestra protagonizada por Maria José Prados, professora e investigadora da Universidade de Sevilha, concentrou-se no tema *“Naturbanización en ENP de Europa y Sudamérica-territórios en la frontera”*. O tema atrás citado baseia-se sobretudo na ideia de que a qualidade ambiental e paisagística é um fator de dinamização das atividades económicas, dando-se o exemplo do espaço protegido (parques nacionais, naturais ou reservas protegidas) como um atrativo residencial. A autora revelou que municípios localizados nas áreas de influência dos parques nacionais, apresentam como um forte atrativo para a população que deseja viver, trabalhar e disfrutar do seu tempo num espaço com qualidade ambiental e paisagística, referindo que já se assiste a esta realidade em países como a Inglaterra e a Holanda.

A partir desta palestra comecei a olhar para outras realidades que começam a surgir pelo mundo relacionadas com o ordenamento das atividades humanas, de onde se conclui:

- A cidade está a perder atratividade a favor dos espaços naturais e atentando a problemáticas como as mudanças nos usos do solo ao longo dos anos, abandono rural e expansão da urbanização;
- A qualidade ambiental e paisagística é um fator de dinamização das atividades económicas;
- Os municípios localizados nas áreas de influência dos parques nacionais apresentam como diferencial, um forte atrativo para a população que deseja viver, trabalhar e disfrutar do seu tempo livre num espaço com qualidade ambiental e paisagística (esta situação já se verifica em países como a Inglaterra e a Holanda).

2.3.2. Análise de um processo REN: Procedimento.

Da experiência que adquiri ao analisar processos relativos a usos e ações em terrenos da Reserva Ecológica Nacional, o primeiro passo consiste em ler o processo e analisar o pedido realizado pelo proponente, caracterizar o tipo de pedido e a localização da pretensão. Importa enquadrar a pretensão/projeto no quadro legal que rege a REN e verificar a sua compatibilidade com o regime jurídico da reserva ecológica nacional e classificação de áreas naturais.

A análise de um processo desta natureza consiste em realizar um conjunto de ações. O método que utilizei na análise de processos consistia numa hierarquia de funções associadas, caracterizada da seguinte forma:

- Fazer um ficheiro com excertos de imagens dos mapas com a localização da pretensão, extratos das cartas da REN com o sistema afetado, extratos da carta de Condicionantes e da Carta de Ordenamento do concelho em causa, ortofotomapa e extrato da carta militar, constituindo uma localização com toda a informação necessária para a análise técnica. Ao mesmo tempo este ficheiro constituir-se-á como anexo ao próprio processo;
- Seguidamente dá-se início à elaboração da análise técnica compreendendo o assunto, o pedido, a localização e o nome do requerente (pode ser uma pessoa, uma empresa, um organismo ou entidade). No que á informação técnica diz respeito, esta deve começar por conter uma pequena Introdução com a natureza do pedido, passa-se à caracterização do pedido com a descrição pormenorizada do projeto e/ou das ações propostas;
- Regra nas informações técnicas no geral e em particular nas que realizei, a seguir à caraterização do projeto, apresenta-se os Pareceres caso necessário de outras Entidades envolvidas no processo;
- Realizar o enquadramento no Plano Diretor Municipal, referindo o enquadramento do pretendido na Carta de Condicionantes e na de Carta de

Ordenamento. O passo seguinte é fazer a análise ao regulamento do PDM, fazendo a análise dos artigos que incidem na área da pretensão, com a finalidade de aferir se a pretensão é compatível ou não com o PDM;

- **Incidência na REN.**

Após a identificação do sistema da REN afetado e do uso ou ação que se pretende concretizar verifica-se de acordo com as disposições dos números 2 e 3 do artigo n.º 20º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a republicação posterior, se o mesmo é interdito, se é isento de qualquer procedimento administrativo ou se está sujeito a autorização ou a um mero procedimento de comunicação prévia junto da CCDR. No caso de se encontrar sujeito a autorização ou comunicação prévia é necessário verificar se cumpre os requisitos para a admissão dos usos e ações constantes no Anexo I da Portaria n.º 1356/2008 posteriormente substituída pela Portaria n.º 419/2012, de 20 de novembro. No fim da análise da Incidência na REN faz-se um pequeno resumo realçando se a pretensão é passível ou não de ser enquadrada nas exceções previstas no Regime Jurídico da REN conforme o Anexo II do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro;

- **Conclusão**

Nesta última parte faz-se uma conclusão da análise que deverá incluir uma proposta de decisão fundamentada informando também se contraria as normas contidas no PDM em vigor. Em caso afirmativo o parecer será sempre desfavorável. No que se refere à afetação de áreas REN refere-se se a pretensão tem enquadramento ou não no Anexo I da Portaria 419/2012, de 20 de dezembro, com o cumprimento integral ou o não cumprimento dos requisitos específicos e nas ações compatíveis previstas nos números 2 e 3 do art.º 20.º do Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro definidos no Anexo II do mesmo e referindo se deve-se autorizar (quando o Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto se encontrava em vigor) ou considerar efetuada a Comunicação Prévia, como instituído no Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro em vigor. Neste espaço propõe-se igualmente informar as partes e entidades interessadas da decisão da CCDRN.

A informação técnica faz parte do processo e em regra não é transmitida ao requerente.

Os requerentes são informados da necessidade de aditar elementos ao processo ou da necessidade de liquidação da taxa através de ofício, assim como da decisão final de que for objeto a pretensão.

A decisão final só é comunicada ao requerente quando o mesmo efetua o pagamento de uma taxa (Portaria n.º 1247/2008, de 4 de novembro) devida pela apreciação do respetivo processo.

2.3.2.1. Ligação com os técnicos superiores

A totalidade dos processos em que colaborei estava despachada a técnicos superiores que trabalham no Ordenamento do Território e no Ambiente, tendo-me sido dada a oportunidade de coadjuvar o seu trabalho e ao mesmo tempo, aprender e assimilar as tarefas de gestão.

Findo o estágio senti-me com preparação técnica para assumir a responsabilidade de colaborar na análise de processos na qualidade de técnico superior.

O meu processo de aprendizagem e adaptação a uma realidade profissional nova para mim, pela primeira vez poderia trabalhar como geógrafo, mas numa dimensão de assimilar nova informação e novos conhecimentos através da experiência de trabalhar com técnicos superiores com diferentes formações académicas mas a trabalhar no Desenvolvimento e Ordenamento do Território, a área de especialização no âmbito do mestrado que estou a frequentar.

Grande parte do estágio decorreu ligado à análise de processos da reserva ecológica nacional, ao ajudar os técnicos e ao mesmo tempo a aprender com eles como se deve analisar um processo, com todos os passos associados, como fazer a respetiva informação técnica e toda a cadeia de ações que levam à informação sobre a pretensão. Trabalhei diretamente com Processos de 4 técnicos diferentes.

Esta adaptação a um novo espaço, a uma realidade profissional e a novos processos e novas pessoas, entusiasmou-me e motivou-me.

Numa primeira fase, o contacto inicial com processos de gestão da REN foi proporcionado pela chefe de divisão da estrutura sub-regional de Braga da CCDRN que me apresentou a pessoa com quem iria trabalhar primeiramente e responsável por me orientar e ensinar, no caso a Eng.^a Isabel Presa, que por sua vez começou a explicar a sua metodologia de trabalho para analisar o processo, que eu poderia seguir, começando por consultar as Cartas de Condicionantes e Ordenamento e percecionando qual a pretensão em análise e o que ela implicaria em termos de afetação de áreas REN e ao nível ambiental, quer através de consulta ao Regime jurídico da REN quer ao regulamento do PDM e na consulta e agregação de

informação, tudo isto culminaria com a informação técnica com a proposta de parecer. Os primeiros processos que analisei tinham como técnico responsável a Eng.ª Isabel Presa, a informação técnica era assinada por mim, como estagiário e pela Eng.ª Isabel Presa como técnica superior.

Numa segunda fase colaborei em processos do Arq.º Alexandre Basto, o que acabou por se constituir como um processo evolutivo normal pois o meu posto de trabalho era na mesma sala e ao lado do seu posto de trabalho. Em termos logísticos facilitou a minha tarefa pois sempre que precisava de perguntar algo ou surgia alguma dúvida e dificuldade tinha o técnico responsável pelo processo na proximidade.

Em grande parte do estágio o Arq.º Alexandre Basto prestou-me apoio e orientação técnica tendo tido a oportunidade de colaborar num processo de grande complexidade técnica e difícil resolução – no caso uma reclamação.

Fui o responsável por fazer um conjunto de ofícios dirigidos ao SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) com o intuito de pedir a sua colaboração no sentido de proceder à atualização da informação relativa à utilização de solos inseridos na REN por parte de pedreiras não tituladas por licença, assim como a realização do competente Auto de Notícia.

Foi ainda com este técnico superior que realizei a minha única visita de campo relacionada com processos da REN. Num pedido de licenciamento de uma operação urbanística em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, mais concretamente em uma pequena aldeia do concelho de Terras de Bouro, desloquei-me ao local com o técnico e presenciei o que deve ser feito em casos de verificação in loco, desde documentar a ação através de fotografias e pequenas notas sobre o cenário presenciado. Foi também este um processo marcante, não só pela verificação na primeira pessoa, pois para um geógrafo não existe nada mais entusiasmante do que fazer trabalho de campo, mas também porque processos relacionados com o licenciamento de operações urbanísticas já construídas e sem a devida autorização dos diferentes organismos tutelares da área, são processos que requerem maior análise jurídica e para além de como já referido anteriormente, tratava-se de um pedido sobre uma ação já realizada, em solo do único Parque Nacional do país, ou seja, área

extremamente protegida e delicada do ponto de vista ambiental e podendo estar a pôr em causa o equilíbrio ambiental e eco-sustentável da área.

Ao nível da formação profissional como geógrafo/técnico superior foi desde logo excitante perspetivar como se iria resolver este processo, que providências assumir em casos semelhantes, casos que fogem da normalidade mas que acabam por acontecer e surgir aos técnicos. Casos complicados e com burocracia elevada são importantes por se constituírem como um desafio, que porventura não encontrei na vertente académica e que acabei por encontrar nesta vertente prática de início da etapa como geógrafo.

Aprendi imenso com o Arq.º Alexandre Basto a vários níveis, tanto ao nível da análise processual como a nível de escrita e estruturação de informações técnicas. Teve sempre o cuidado de me alertar e corrigir, não raras vezes, para escrever corretamente e de forma escorreita e para nunca fazer afirmações sem fundamento, pois ao trabalhar num organismo público deve-se ter o máximo cuidado com o que se escreve pois pronunciamo-nos com base em Decretos-Lei e Portarias.

Como resultado do trabalho com o Arq.º Alexandre Basto, tornou-se evidente uma melhoria significativa na escrita de informações técnicas e ofícios, bem estruturados e de simples percetibilidade para os destinatários e demais interessados em ler estes documentos.

O terceiro técnico com quem tive a oportunidade de colaborar foi o Dr.º José Fernando Costa, com quem tive a oportunidade de analisar processos de um tipo que ainda não me tinha deparado, no caso um Plano de Gestão Florestal.

Em traços gerais um **Plano de Gestão Florestal** é analisado como os outros processos que incidem em reserva ecológica nacional, consistindo a principal diferença no facto de se analisar o constante no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) respeitante á área da qual o projeto incide.

Sobre esta matéria o n.º1 e n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro referem:

1- “Os PGF são aprovados pela AFN, que dispõe de um prazo de 30 dias para os apreciar, findo o qual deve ser comunicada a decisão aos interessados.

2- No decurso do prazo referido no número anterior, os PGF são submetidos a parecer da CCDRN e das entidades que a AFN entenda conveniente consultar, o qual deve ser emitido no prazo de 15 dias contados da data do pedido, suspendendo-se o prazo previsto no número anterior.”

Analisa-se na mesma medida a incidência da pretensão ao nível da REN e do PDM, faz-se alusão ao uso do solo e às infraestruturas florestais e está sujeito a comunicação prévia. A este tipo de projeto normalmente é atribuído parecer favorável devido ao seu carácter de ordenamento e proteção da floresta, um objetivo que vai de encontro ao preconizado na defesa dos valores ecológicos e ambientais da REN.

Por último, colaborei com a Arq.^a Irene Rodrigues, mas de uma forma mais residual em comparação com os outros técnicos, em 2/3 processos. Esta colaboração foi pontual e deveu-se ao alto número de processos que os técnicos tinham para analisar. Tratando-se de um organismo público, existem prazos para que a CCDRN se pronuncie sobre os processos e pedidos que dão entrada nos seus serviços, como tal deve-se dar o seguimento mais rápido possível a esses mesmos processos.

A Avaliação de Impacte Ambiental – AIA – foi a única área da formação que fui alvo no local de estágio, na qual não tive qualquer tarefa para realizar ao nível prático. Na CCDRN, por ano, entram poucos AIA para análise e muito menos nas estruturas sub-regionais, pelo que no ano de vigência do estágio não surgiu a oportunidade de acompanhar a análise de um exemplar, contudo a Arq.^a Irene disponibilizou-me um cd com informação sobre como avaliar um AIA.

Em suma retirei muitos ensinamentos e ilações. Por exemplo, nos primeiros processos que analisei, atribuí-a parecer favorável a uma pretensão desde que esta estivesse em consonância com o RJREN (nada mais errado), sem ter em conta que para uma pretensão ser admitida favoravelmente deve também estar em consonância com o estabelecido no PDM do concelho em questão, estando também sempre pendente dos pareceres de outras entidades quando necessário.

A partir do trabalho que desenvolvi com estes 4 técnicos superiores e com a Chefe de Divisão da ERS Braga, com os quais trabalhei mais diretamente e diariamente, em diferentes alturas do ano de estágio. Queria realçar também que

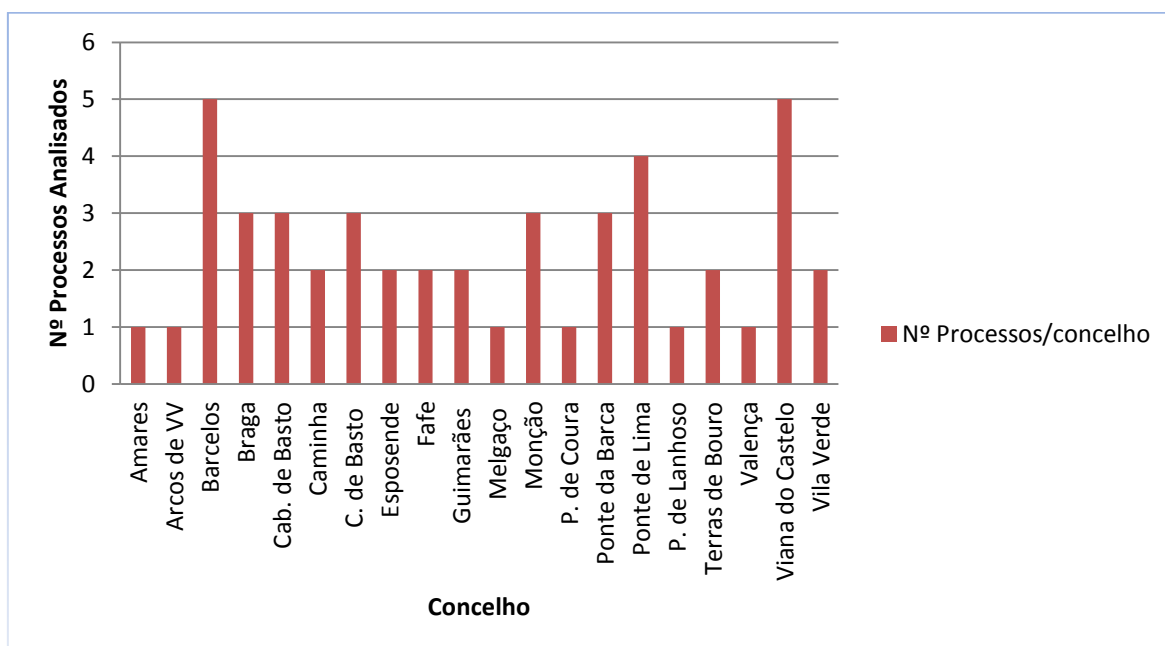
todos os outros colaboradores da estrutura de Braga tiveram um papel importante tanto ao nível de qualquer ajuda que necessitasse como para ultrapassar as dificuldades que iam aparecendo e de adaptação ao espaço e às pessoas.

2.3.2.2. Quantificação e análise gráfica dos processos REN analisados

Ao longo do estágio colaborei na análise técnica de 47 processos, de 4 diferentes técnicos superiores e do domínio do Ambiente e do ordenamento do território. Processos com as mais variadas pretensões e proveniências, cada gráfico será alvo de uma análise individual e a partir da qual serão apresentadas as principais conclusões.

São apresentados 5 diferentes gráficos referentes à quantificação de processos analisados por concelho, ao tipo de procedimento adotado, à diferenciação entre autorização e comunicação prévia, com as condições para a viabilização dos usos e ações referidos no n.º 2 e 3 do art.º 20.º do Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto, com a redação do Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro e com a incidência das pretensões nos subsistemas da REN.

Gráfico 1: Gráfico com a distribuição quantitativa de processos analisados por concelho (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).



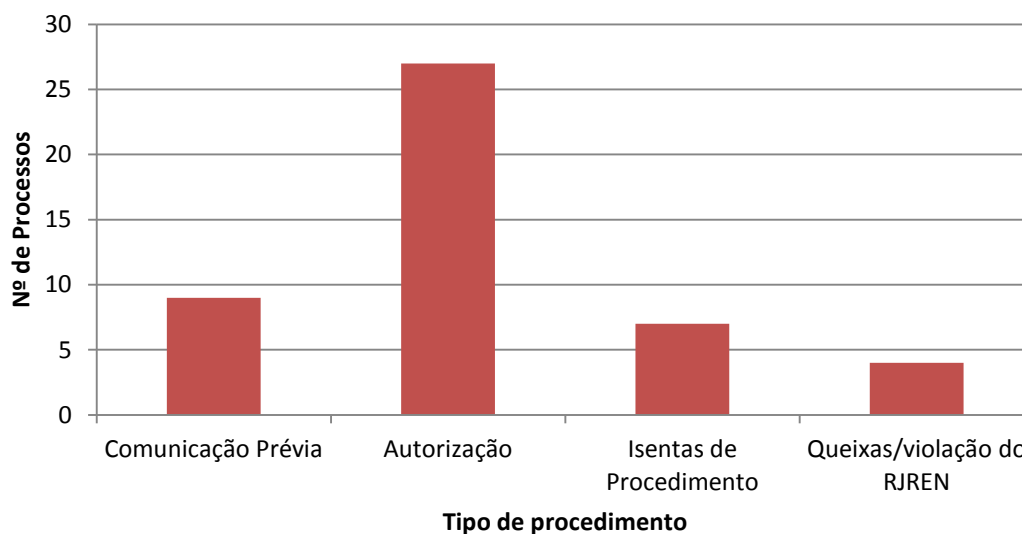
Através do Gráfico 1 verifica-se que foram analisados processos relativos a 20 dos 24 municípios do território abrangido pela ESR Braga. Os concelhos que não apresentam nenhuma pretensão/processo são Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho, Mondim de Basto e Vila Nova de Cerveira. Há exceção de Vila Nova de Cerveira, os outros 3 municípios fazem parte da NUT Ave.

Da análise do gráfico, é notório que Barcelos e Viana do Castelo lideram como concelhos com maior número de processos REN apreciados, com cinco cada, seguidos por Ponte de Lima com quatro. No sentido oposto, lideram Amares, Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Póvoa de Lanhoso e Valença como os municípios com menor número de processos analisados.

Apesar de ser uma amostra composta por 47 processos, destaca-se a homogeneidade da distribuição geográfica das pretensões, estando os distritos de Braga e Viana do Castelo representados tal como as NUT's Cávado, Minho-Lima e Ave.

A NUT Minho-Lima lidera com a análise de 21 processos seguida da NUT Cávado com 15 e a NUT Ave em último com 11 processos apreciados.

Gráfico 2: Gráfico com o número de processos por tipo de procedimento (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013).



Do total de 47 processos analisados, vinte sete são correspondentes a autorizações, nove a comunicações prévias, sete estão isentos de qualquer procedimento e quatro foram queixas ou contraordenações por violação do regime jurídico da REN (RJREN).

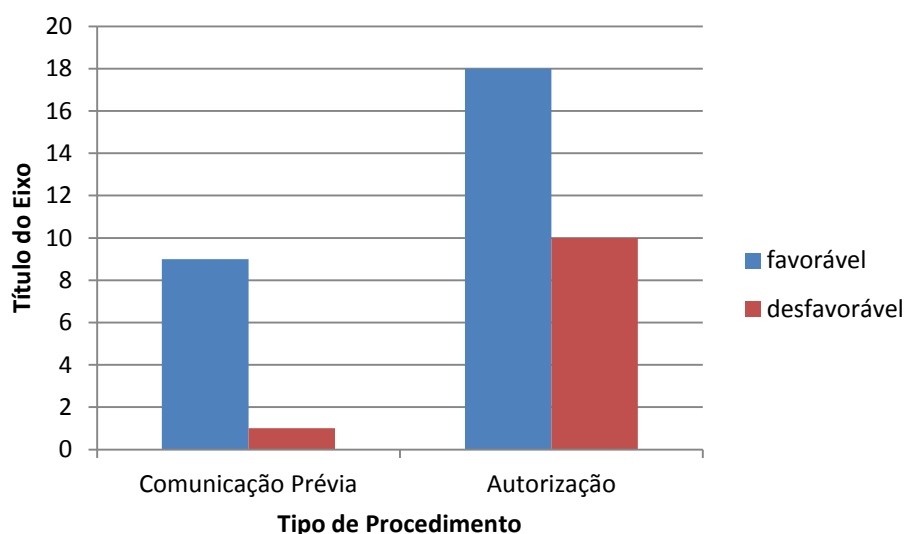
A figura de autorização lidera destacadamente em relação aos outros tipos de procedimento, pois muitas das pretensões consistiam nas intervenções em solo da REN que pela sua natureza necessitam de autorização da CCDR-N, como as obras de construção, alteração e ampliação. Com as alterações promovidas no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, assistiu-se a um incremento das comunicações prévias e da isenção de qualquer procedimento, com 9 e 7 processos respetivamente, mas ainda assim longe dos 27 processos passíveis de autorização que analisei. Por último, ainda tive a oportunidade de analisar processos que se constituíram como violações do RJREN ou queixas, 4 no total.

Grande parte do estágio decorreu a analisar processos no âmbito do Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto, daí se justificar este número mais alto de autorizações em relação a outro tipo de procedimento. Com a republicação deste último diploma legal pelo Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro, estabeleceu-se a eliminação da figura da autorização. Como esta republicação saiu em Diário da República a 4 de

Dezembro de 2012, nos derradeiros meses do estágio os usos ou ações em REN a analisar passaram a ser sujeitos a comunicações prévias ou processos que ficariam isentos de qualquer tipo de procedimento.

De assinalar que analisei processos de todo o tipo de procedimentos e pretensões, o que porventura contribuiu em larga escala para o processo de aprendizagem e enriquecimento profissional do qual fui alvo no decorrer do estágio. O processo de aprendizagem ajudou-me a descobrir que como geógrafo posso trabalhar em diferentes áreas, ao início estava muito focado em trabalhar apenas no planeamento urbano, contudo o estágio na CCDRN permitiu-me descobrir que posso exercer as minhas funções ligado a diferentes atividades, como por exemplo a defesa da Reserva Ecológica Nacional, que também fazem parte do Ordenamento do Território.

Gráfico 3: Gráfico com a diferenciação entre Comunicação Prévia e Autorização e a natureza do parecer (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013)



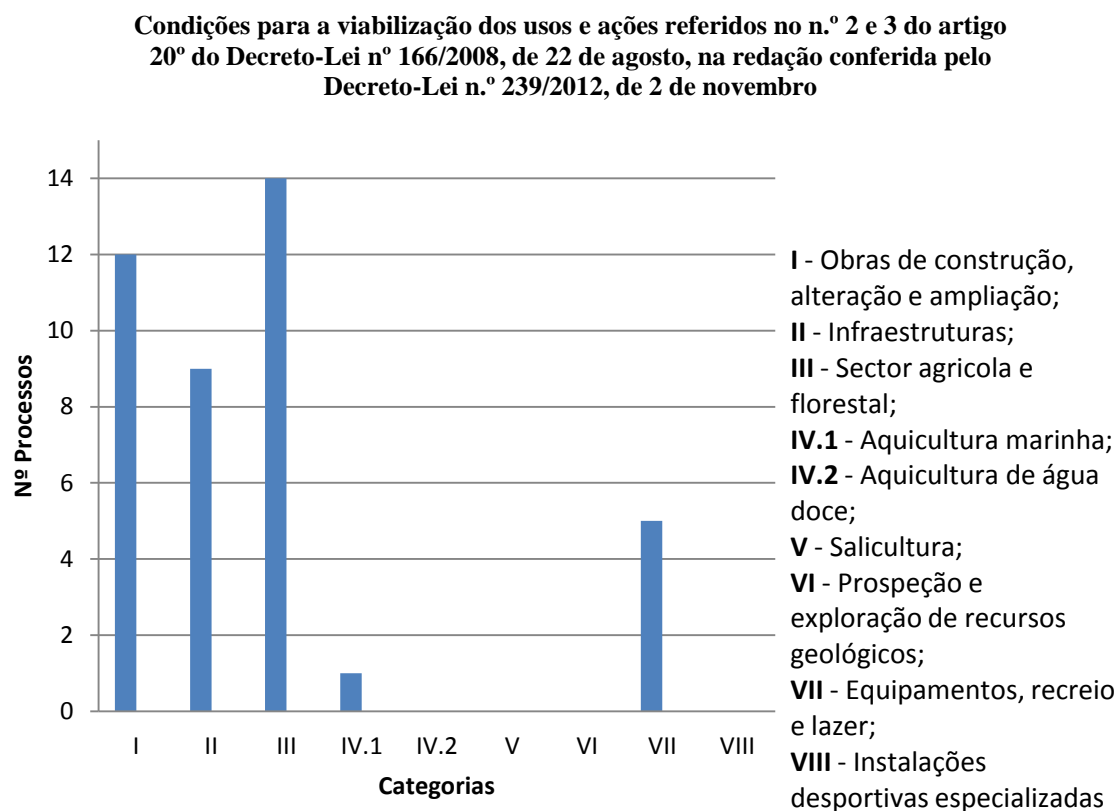
A partir do Gráfico 3 pretende-se demonstrar o sentido de resposta dos pareceres finais, relacionado com a extinção da figura de Autorização e aumento gradual de importância da Comunicação Prévia, expressa na relação de pareceres favoráveis em oposição aos pareceres desfavoráveis.

Os números espelhados no gráfico acima exposto mostram que 27 dos processos são relativos a autorizações e 9 relativos a comunicações prévias perfazendo um total de 36 processos, sendo que os restantes 11 processos que perfazem o total dos 47 processos analisados são referentes a processos isentos de qualquer procedimento ou queixas/violações, que não me pareceu pertinente incluir neste gráfico em particular.

Numa leitura mais atenta do gráfico em análise, aparecem 28 autorizações e 10 comunicações prévias, não existindo erro, mas sim um processo de autorização com duas pretensões, sendo que uma mereceu parecer favorável e a outra desfavorável. O mesmo se aplica às comunicações prévias, uma comunicação prévia com duas pretensões integradas no mesmo projeto, merecendo uma delas aprovação e a outra não. O gráfico mostra que 18 autorizações assumiram parecer favorável, no plano oposto, dez das pretensões assumiram parecer negativo. A figura de Comunicação prévia apresenta nove pretensões com parecer favorável e apenas uma com desfavorável.

Estes números são o reflexo das mudanças nos diplomas legais que regem o regime da REN com destaque para a eliminação da figura da autorização, acentuando-se a responsabilização dos particulares e a prevalência do modelo de controlo e fiscalização sucessivos pelas entidades públicas competentes, dos usos e ações efetivamente concretizados. Adicionalmente, o anexo II do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, foi profundamente alterado, generalizando-se os usos e ações que serão objeto de mera comunicação prévia ou que ficam isentos deste controlo prévio, em função da ponderação técnica realizada face às tipologias de áreas da REN.

Gráfico 4: Gráfico com o número de processos por grupos constituintes do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013)



Analisando o gráfico acima exposto verifica-se que a maior parte dos processos analisados referem-se a pretensões que integram o grupo I, II e III, ou seja, *Obras de construção, alteração e ampliação, Infraestruturas e Sector agrícola e florestal* respetivamente. Estes três grupos são responsáveis por trinta e cinco das pretensões

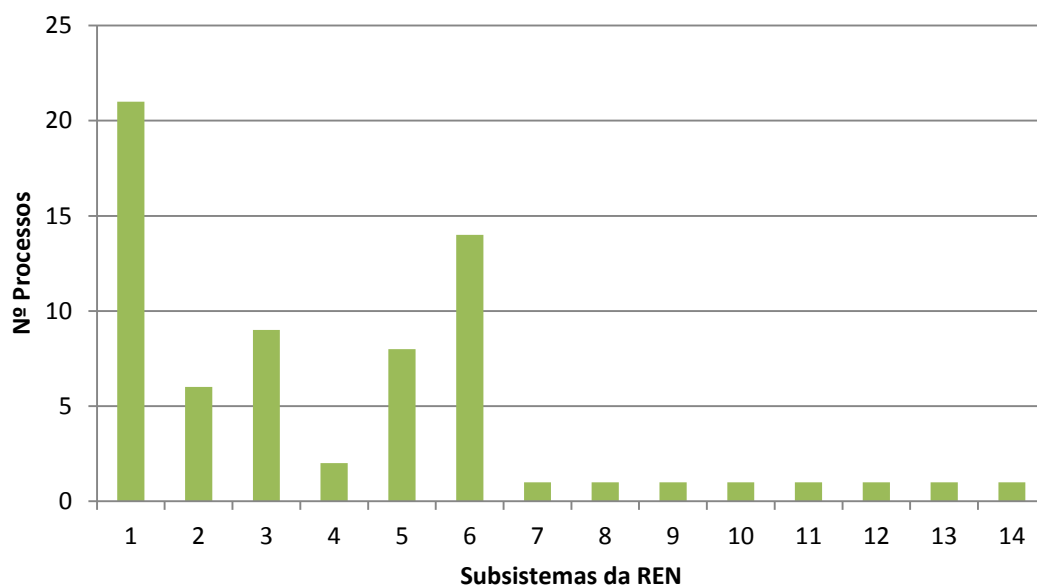
analisadas. As restantes pretensões são respeitantes, no caso, uma do grupo IV.1 e cinco do grupo VII, *Aquicultura marinha* e *Equipamentos, recreio e lazer* respetivamente.

Consultando o gráfico mais atentamente vemos que 4 dos 9 grupos não têm qualquer pretensão, a saber, os grupos IV.2, V, VI e VIII, *Aquicultura de água doce*, *Salicultura*, *Prospecção e exploração de recursos geológicos* e *Instalações desportivas especializadas* respetivamente. A explicação para a ausência de qualquer pretensão respeitante a estes grupos passa pelo carácter especializado e ao surgimento mais raro de projetos respeitantes a estas áreas.

Durante a última fase do estágio assisti a uma aparente tendência crescente para o aparecimento de projetos ligados á agricultura, às infraestruturas e á construção ou alteração de edifícios.

Gráfico 5: Gráfico com a quantificação dos subsistemas da Reserva Ecológica Nacional afetados pelos processos analisados (Fonte CCDR-N Braga, 2012 e 2013)

Incidência dos Processos nos subsistemas da REN



1 - Áreas de Infiltração Máxima; 2 - Cabeceiras das linhas de água; 3 - Zonas ameaçadas pelas cheias; 4 - Linhas de água; 5 - Leitos de cursos de águas; 6 - Áreas de risco de erosão; 7 - Sapais; 8 - Arribas; 9 - Perímetro florestal da abadia; 10 - Áreas de proteção da albufeira; 11- Praia; 12 - Estuário e faixa delimitada pela Linha da Máxima Preia-mar de Águas Vivas Equinociais e a Barimétrica dos 30 metros; 13 - Dunas litorais; 14 - Encostas com declive >30% incluindo as que foram alteradas pela construção de terraços.

O último gráfico apresentado e patente através do Gráfico 5 refere-se à incidência dos processos por subsistemas da REN afetados, pretendendo-se identificar quais os subsistemas mais afetados pelas pretensões e os que apresentam menor índice de projetos.

O subsistema mais afetado pelos processos analisados, foi as *Áreas de Infiltração Máxima* com 21 processos a incidir sobre terrenos com essa categoria, constituindo-se de longe como o subsistema mais representado, seguindo-se as *Áreas de Risco de Erosão* com 14 pretensões, seguem-se *Zonas ameaçadas pelas cheias* com 9, *Leitos de Cursos de Água* com 8 e *Cabeceiras das Linhas de Água* com 6. Em sentido oposto *Linhas de Água* com 2 pretensões, *Sapais*, *Arribas*, *Perímetro Florestal da*

Abadia, Áreas de Proteção da Albufeira, Praias, Estuário e Faixa Delimitada, Dunas Litorais e Encostas com declive superior a 30% todos com uma pretensão, constituíram-se como os subsistemas com menor número de processos que contemplavam usos e ações em terrenos da reserva ecológica nacional.

A conclusão que se pode retirar dos números referenciados no parágrafo anterior é que os subsistemas da REN mais afetados são *Áreas de Infiltração Máxima* e *Áreas de Risco de Erosão*, que no seu conjunto representam 35 pretensões, mais do que todos os outros subsistemas juntos. Os primeiros seis subsistemas representados são os mais usuais de entre a Reserva Ecológica Nacional dos processos que tive oportunidade de analisar, os outros subsistemas representados apresentam pouca expressão em termos quantitativos. Casos como as categorias *Praias, Dunas Litorais* ou *Estuário e Faixa Delimitada* que estão associados aos concelhos costeiros ou á foz de rios, como o rio Cávado em Esposende e rio Lima em Viana do Castelo.

O Regime da REN identifica três grandes sistemas:

- Zonas costeiras;
- Zonas ribeirinhas e Águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de acompanhamento;
- Zonas declivosas.

Fazendo uma breve descrição de alguns destes subsistemas pode-se afirmar que:

Áreas de infiltração máxima: *“favorecem a infiltração gravitacional das águas, contribuindo assim fortemente para a alimentação do aquífero. Predominam nos locais mais baixos, de confluência de águas, mais planos e de substrato rochoso mais permeável, arenoso e conglomerático”.*

Zonas ameaçadas pelas cheias: *“podem-se considerar zonas ameaçadas pelas cheias ou zonas inundáveis as áreas suscetíveis de inundações por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados. São as que podem sofrer o efeito das águas de rios ou ribeiros aquando das maiores cheias verificadas em cem anos, correspondendo às manchas aluviais dos fundos dos vales”.*

Áreas de Risco de Erosão: *“são caracterizadas por ter declives superiores a 25 % salvaguardando o facto de com valores inferiores os terrenos essencialmente argilosos poderem correr esse risco”.*

Cabeceiras das linhas de água: *“são áreas côncavas na zona mais a montante da bacia hidrográfica, onde se concentram as águas que irão organizar o curso de água. Nesta categoria deverá assegurar-se a defesa contra a erosão e evitar-se obstruções ao escoamento superficial de água, favorecendo a infiltração das águas pluviais”.*

Cursos de água e respetivos leitos e margens: *“Os leitos dos cursos de água correspondem ao terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades, neles se incluindo os mouchões, os lodeiros e os areais nele formados por deposição aluvial. As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais”.*

2.3.3. Expedientíssimo

Uma das atividades primordiais em importância e tempo despendido, que realizei, foi a inserção de dados sobre processos da REN na plataforma de informação da CCDRN – **Expedientíssimo** – que veio ocupar o lugar do sistema de informação que servia a instituição, o Expediente. A Eng.^a Luísa Queirós como minha orientadora no local de estágio incumbiu-me da tarefa de atualização da informação dos processos REN relativos a 2010, 2011 e 2012 em falta, na base de dados do organismo.

O Plano de atividades da CCDRN para o ano de 2010 tinha como um dos objetivos a realizar nesse ano, a implementação do Expedientíssimo nas Estruturas Sub-Regionais de Braga, Vila Real e Bragança. Com vista à existência de uma Plataforma Regional de interoperabilidade para suporte à desmaterialização de processos abriu-se a oportunidade de criação e desenvolvimento de uma plataforma regional de suporte à desmaterialização de processos, que utiliza, numa primeira fase, como prova do conceito a definição da solução a implementar para garantir a interoperabilidade entre o sistema de informação da CCDRN e outros sistemas como seja o RJUE, o RJGT, o RJREN e o ON2. Pretende-se, deste modo, estabelecer condições operacionais e tecnológicas para a tramitação de processos desmaterializados e promover orientações para que a CCDRN, Autarquias locais e outras entidades adequem os seus sistemas a uma operação integrada de administração em rede.

Com o Expedientíssimo conseguiu-se promover a integração dos sistemas de informação de suporte à atividade da CCDRN e a disponibilização, em ambiente intranet e internet, de informação do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, georreferenciada – Mapoteca.

A partir do dia 20 de Junho de 2012, comecei a inserir dados dos processos em falta da REN-Gestão no Expedientíssimo. Esta tarefa decorreu de Junho até Dezembro, pois a comissão precisava que todos os processos em arquivo até essa data, estivessem com os seus dados, pareceres e documentos inseridos na sua base de dados, no seu sistema de informação. Fui responsável pela inserção de dados relativos a 287 processos REN no Expedientíssimo.

Ao meu cuidado ficou a inserção dos dados de todos os processos que analisei do Arq.º Alexandre Basto.

2.3.3.1. Como se processa a inserção de dados referentes a um processo no expedientíssimo? Quais os diferentes passos?

Encontrando-se criado o processo REN-Gestão, cujo cabeçalho se mantém fixo e decorre do preenchimento prévio e sem descurar a possibilidade de corrigir e alterar os campos, o meu trabalho passou por preencher os campos referentes á restante informação, organizada em separadores, fazendo o enquadramento da pretensão no regime da REN, a sua caracterização e criação/associação de documentos.

Envolveu a execução de diferentes passos:

- Aceder á plataforma web do Expedientíssimo e inserir o n.º do processo;
- Georeferenciar o local alvo do processo;
- Fazer a caracterização da ação em análise, preenchendo a localização da pretensão, o nome do requerente, a georefenciação;
- Fazer enquadramento no RJREN identificando o tipo de procedimento e a quantificação da área REN a intervencionar; as ações propostas (enquadramento da pretensão no conjunto de usos e ações passíveis de se autorizar em REN), as categorias das áreas REN afetadas e o sentido de resposta (ex. parecer favorável, desfavorável, favorável Condicionado, pedido de elementos, sem lugar a decisão);
- Fazer a tramitação, onde poderia inserir os documentos como a informação técnica e os ofícios como ficheiros word e cada um desses ficheiros tem um número de identificação único (ID); as informações e os ofícios têm de ter sempre os remetentes e os destinatários sempre preenchidos;
- Criar novos documentos ou associar processos, no Expedientíssimo, documento é quase tudo: um ofício, uma informação, um fax, um e-mail, um decreto-lei ou um desenho; pode-se criar um novo documento através do separador –

documentos – seguidamente carrega-se no n.º e coloca-se esse n.º de ofício e coloca-se esse mesmo número no ofício (ex. ofício para a CIM Vale do Cávado) e finaliza-se com a inserção do ficheiro word, carregando esse ficheiro no Expedientíssimo.

Os passos relativos à inserção que realizei de dados de processos REN-Gestão no Expedientíssimo são os atrás mencionados.

Fazendo parte do domínio das Tecnologias da informação e Comunicação, a Plataforma Expedientíssimo assume como algumas das suas funcionalidades a gestão de Entidades, a criação e alteração de indivíduos, organizações e departamentos, absorção de entidades redundantes e a georreferenciação automática. Ao nível dos documentos as funcionalidades passam por agregar ao processo categorias de documentos diferentes, gerador de rascunhadores e o arquivo e encaminhamento semiautomático.

Ao nível da integração relacional total destes conceitos com vertentes aplicacionais específicas assistimos ao facto de a Mapoteca assumir um duplo papel. Por um lado assume-se como um portal SIG genérico de consulta ao repositório interno de Informação Geográfica da CCDRN, por outro, é um interface SIG do Expedientíssimo providenciando, entre outros, a capacidade de criar geometrias em ambiente web, para georreferenciar a informação gerida no expedientíssimo, substituindo os temas de referência Google por temas do repositório interno de informação geográfica.

A integração da Mapoteca com o Expedientíssimo processa-se através da Georreferência genérica com o tipo de dados SQL (user-defined) que permite a identificação unívoca de uma georreferência seja ela do tipo: ponto, linha, polígono, ficheiros georreferenciados, de imagens ou vetores (shapefile).

A Mapoteca está implementada sobre Framework websig que oferece: autenticação e rastreabilidade. Ao permitir disseminar a funcionalidade de edição gráfica na CCDRN importa garantir a autenticação dos utilizadores, usando o mesmo sistema de autenticação do Expedientíssimo e do próprio sistema operativo, por outro lado, a rastreabilidade é conseguida da forma a que para cada edição é identificado o utilizador responsável e o momento da edição.

Os objetivos últimos da integração Mapoteca - Expedientíssimo são a integração de dados geográficos externos muito relevantes (ex. atualizações dos PMOTS) e a incorporação dos feedbacks dos utilizadores.

2.3.4. Acompanhamento da análise da revisão de PDM's e registo da plataforma dos PDM's.

A terceira principal atividade que efetuei na ESR Braga, tanto no tempo empregado como na sua importância de formação profissional, foi participar numa fase de acompanhamento da revisão de um Plano Diretor Municipal.

Fui chamado ao gabinete da Eng.^a Luísa Queirós, nesse encontro foi-me proposto acompanhar a análise da revisão do PDM de Barcelos, sendo que nesse caso acabaria por ajudar a Eng.^a Luísa nessa mesma análise. Culminaria como mais uma etapa na minha formação como técnico superior.

Para poder participar na colaboração do acompanhamento da revisão de um PDM comecei por me instruir, como tal, li e consultei o enquadramento legislativo desta área temática assim como diversas orientações, havendo a destacar:

- Guião para a Elaboração e Acompanhamento de Planos Diretores Municipais (2.^a geração);
- Guião com os respetivos anexos;
- Portaria n.º 1474/2007;
- Decreto-Lei n.º 316/2007;
- Decretos-Regulamentares n.º 9, n.º 10 e n.º 11 de 2009;
- Decreto-Lei n.º 46/2009;
- Portarias n.º 137/2005 e n.º 138/2005.

Colaborei na incorporação de dados geográficos relativos à informação disponibilizada pelos municípios, constituintes da proposta de delimitação da REN, Ordenamento e Condicionantes na plataforma informática dos Planos Municipais do Ordenamento do Território – Plataforma dos PMOT's – com vista à disponibilização da informação aos elementos das Comissões de Acompanhamento ou Comissões Técnicas de Acompanhamento dos processos de Revisão dos PDM de Barcelos, Vila Verde e Paredes de Coura. Em termos gerais os dados que inseri, salvo algumas exceções pois de concelho para concelho os nomes e alguns dados podem diferir, na plataforma dos

PDM constituíam uma árvore hierarquizada de pastas (ex. árvore que fiz na plataforma da proposta de revisão do PDM de Barcelos), da seguinte forma:

- Carta de Condicionantes;
- Carta de Ordenamento;
- Elementos Complementares;
- Regulamento;
- REN;
- Quadrícula 10000.

Para se comprovar a importância deste instrumento de vital influência para um planeamento e desenvolvimento harmoniosos, despendia vários dias para cada concelho na inserção dos dados relativos às propostas de revisão dos municípios de Barcelos, Vila Verde e Paredes de Coura, porque a quantidade de ficheiros relacionados com o Ordenamento, as Condicionantes e a Reserva Ecológica Nacional era apreciável.

Um plano diretor municipal regra geral é acompanhado pelos seguintes elementos (Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro):

- Regulamento;
- Carta de Ordenamento
 1. Carta de Ordenamento I: Qualificação do Solo, os Sistemas de Mobilidade e Transportes e Faixa de Proteção a Vias Propostas à escala 1/10000;
 2. Carta de Ordenamento II: Sistema Patrimonial, o Sistema de proteção de Valores e Recursos e Programa de Execução do plano à escala de 1/10000.
- Carta de Condicionantes
 1. Carta de Condicionantes I: Recursos Naturais que inclui os Recursos Hídricos, Geológicos, Agrícolas e Florestais, Recursos Ecológicos. Património Edificado, Infraestruturas, Atividades Perigosas à escala de 1/10000;

2. Carta de Condicionantes II: Áreas Ardidas e Áreas de Perigosidade Alta e Muito Alta à escala 1/10000.

Documentos que Acompanham o Plano (Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro):

- Estudos de caracterização do território municipal;
- Relatório da proposta (e Cartogramas);
- Relatório Ambiental;
- Programa de Execução;
- Planta de Enquadramento Regional à escala de 1/200000;
- Planta da Situação Existente à escala 1/25000;
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal à escala de 1/25000;
- Mapa do Ruído (relatório) e cartografia das zonas de conflito à escala de 1/25000.

Documentos Complementares:

- Carta do Património Cultural à escala de 1/25000;
- Hierarquia Viária à escala de 1/25000;
- Carta de infraestruturas à escala de 1/25000;
- Delimitação da REN à escala de 1/25000 e memória descritiva da REN;
- Delimitação da RAN à escala de 1/25000 e memória descritiva da RAN;
- Identificação dos Povoamentos Florestais Percorridos pelos Incêndios e Áreas Ardidas à escala 1/25000.

A inserção de elementos como os acima referidos, relacionados com a proposta de revisão de um PDM, na plataforma dedicada aos PDM's, foi o que fiz em relação aos elementos disponibilizados pelas câmaras municipais de Vila Verde, de Barcelos e Paredes de Coura.

Paralelamente á inserção de dados e trabalho na plataforma, acompanhei também e ajudei a Eng.ª Luísa Queirós na análise à proposta de revisão do PDM de Barcelos e Vila Verde.

2.3.4.1. PDM Barcelos

No que à **revisão do PDM de Barcelos** diz respeito após a inserção dos elementos da proposta de revisão do PDM, começou por ser feita uma análise às cartas de ordenamento, condicionantes e proposta de delimitação da REN da responsabilidade do município de Barcelos, para avaliar se as cartas estavam em consonância com o estabelecido nos diplomas legais e legislação associada para fazer uma revisão de um PDM. Seguiu-se a análise do relatório com a fundamentação da proposta de Ordenamento, com o objetivo de avaliar se estavam cumpridas as disposições do regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e se as opções adotadas estavam bem fundamentadas, tais como reclassificação do solo, aumento ou diminuição do solo urbanizável, no fundo fazer a avaliação da proposta tendo em mente a sua adequação com as questões ligadas às Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conformação documental do PMOT, conceitos técnicos do ordenamento do território e do urbanismo, conceitos técnicos de cartografia e os critérios de classificação do solo.

2.3.4.2. PDM Vila Verde

Colaborei também na **revisão do PDM de Vila Verde**, além da já referida inserção dos elementos relacionados com a revisão do PDM, estive presente na análise da proposta e para tal comecei por ler e analisar a última informação técnica sobre a revisão do PDM de Vila Verde datada de 3 de Julho de 2012, com a finalidade de saber quais as falhas e pontos a modificar na proposta, assinalados nessa última informação técnica. Analisei o relatório da proposta do PDM, a fundamentação da Estrutura Territorial do PDM, planta de Ordenamento e de condicionantes do PDM e tudo isto culminou com a inserção do meu contributo no aditamento à informação técnica de 20 de Julho de 2012 referente á apreciação da revisão do PDM de Vila Verde, nomeadamente correção de aspetos relacionados com a Planta de Ordenamento, planta de Condicionantes, Relatório da Proposta e fundamentação para a Reclassificação do solo na informação técnica sobre a proposta de revisão. Esta análise é fulcral para informar quem de direito se o conteúdo da proposta de plano carece de reponderação e ajustamentos nos termos do regime jurídico em vigor nomeadamente do PNPT, do Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, com a redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 11/2009, de 29 de Maio e das opções estratégicas contidas no PROT-N.

Relacionado com a revisão do PDM de Vila Verde fui responsável pela criação de um quadro comparativo com os valores do Solo Urbano de 1995, proposta de Julho de 2012 e proposta de Dezembro de 2012.

Trabalhar em revisões de PDM constituiu-se como uma etapa importante na minha evolução profissional no estágio e na aquisição de capacidades profissionais para poder futuramente trabalhar como técnico superior na área do Ordenamento do Território e Urbanismo, mas também foi importante colaborar na revisão do PDM de Barcelos, pois ajudou-me a ficar a conhecer o que o município defende na questão das explorações agropecuárias e em questões interligadas como a reclassificação do solo e solo urbanizável, o que me ajudou no tema que será tratado seguidamente.

3. Problemática da resolução do problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos

3.1. Enquadramento Teórico

Inserido na Região Norte, o Município de Barcelos integra-se na sub-região Cávado, correspondendo à NUT III. O concelho barcelense possui uma área de cerca de 379 km² repartida por um total de 89 freguesias (ver quadro 1), confrontando a Norte com Viana do Castelo e Ponte de Lima, a Sul com a Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão, a Poente com Esposende e a Nascente com Braga e Vila Verde. A nível hidrográfico, o concelho é atravessado no sentido Nascente/Poente pelo rio Cávado, principal curso de água do concelho.



Figura 4 Enquadramento geográfico do concelho de Barcelos (Fonte: Imagens do Google)

Com plena consciência das constantes mudanças no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e das variáveis associadas à especificidade do setor, o objetivo de encontrar a melhor solução para legalizar as vacarias em espaços

urbanos de Barcelos, revela-se uma tarefa de elevada complexidade. O facto de existirem inúmeras vacarias em situação de ilegalidade, sendo grande parte delas de grande dimensão, torna gratificante a tarefa de trabalhar o ordenamento do território e planeamento dos diferentes usos do solo, sem pôr em causa valores naturais, patrimoniais e sociais, através de uma intervenção necessária e de utilidade indiscutível para a sociedade.

A agropecuária é a área do setor primário responsável pela produção de bens de consumo, mediante o cultivo de plantas e da criação de animais como gado, suínos e aves, sendo praticada em geral por pequenos produtores que utilizam práticas tradicionais, onde o conhecimento das técnicas é passado de geração em geração.

A maioria das explorações/vacarias em Barcelos é detida por pequenos produtores, que daí retiram, na sua larga maioria, leite e carne para consumo, não existindo na maior parte dos casos uma cultura empresarial ou de associativismo que permitam retirar outras mais-valias.

Entre 1995 e 2005, segundo dados disponibilizados pelo Eurostat, cerca de 40 mil explorações dedicadas à produção encerraram portas. A grande maioria destas propriedades era minifúndios, aspeto caracterizado por um número reduzido de efetivos e partilhado pela grande maioria das explorações agrícolas em Portugal (excetuando a região do Alentejo).

A redução das vacarias com a inevitável opção pelas mais produtivas e rentáveis, revelou-se fundamental para aumentar a rentabilidade das explorações de forma a conseguir manter preços competitivos face às economias emergentes. Apesar disso, a produção de leite no país não conheceu redução e respeita a quota conferida pela União Europeia (cerca de 2 milhões de litros anuais). Em Espanha e Áustria, por exemplo, a reestruturação do setor foi semelhante, sendo que no nosso país vizinho encerraram um terço das explorações e na Áustria metade.

Com o propósito de elaborar este relatório, deparei-me com a necessidade de conhecer melhor a realidade do sector do leite em Portugal, e em Barcelos em particular. Para tal, consultei alguns organismos e órgãos de comunicação social ligados ao mesmo, que passo a elencar:

Informação da AGROTEC – Revista Técnico-Científica Agrícola especializada no setor agrícola;

APROLEP – Associação dos Produtores de Leite de Portugal;

CGAB – Centro de Gestão Agrícola de Barcelos;

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas;

LEICAR – Associação de produtores de Leite e de Carne;

DRAPN – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;

Jornal Barcelos Popular.

Da investigação das fontes supracitadas, retirei ilações importantes e demonstrativas para o conhecimento da realidade do setor do leite, desde os seus problemas aos aspetos que o podem potenciar e desenvolver na sua dimensão económica:

Problemas:

- Os produtores de leite querem uma maior valorização do leite e um aumento do preço pago na origem, como forma de ultrapassarem as consequências da difícil combinação de fatores negativos ocorrida em 2012, associada à subida dos custos de produção e da descida sucessiva do preço do leite. A Associação de Produtores de leite de Portugal lembra que “os produtores nos últimos anos vivem os efeitos acumulados da penúria”. A este estado de “penúria” acrescem quebra de 8% na produção em Abril de 2013 relativa ao mesmo período de 2012, o acumular de dívidas a cooperativas e fornecedores em geral, e as vagas de calor registadas no verão e provocando problemas de saúde aos animais e consequente redução de produção;
- Algumas das dificuldades enfrentadas pelos produtores são os custos de produção, nomeadamente dos alimentos concentrados, a grande dispersão e fragmentação da propriedade na região do Minho é uma dificuldade acrescida na

produção forrageira e nos encargos quer económicos, quer em mão de obra. Por vezes há terrenos que estão em zonas vulneráveis, fazendo com que as exigências ambientais sejam também uma grande preocupação;

- A subida verificada no preço do leite pode ser seguida de uma descida vertiginosa do preço, o mercado pode-se tornar mais volátil com o fim das quotas leiteiras. A crise atual e a redução do poder de compra levam à diminuição do consumo dos lacticínios com maior valor acrescentado o que torna mais difícil a justa remuneração do leite aos produtores;

- Os produtores querem mais quota de produção de leite, mais crédito bonificado e menos burocracia;

- Graves dificuldades sociais e financeiras pelas quais os agricultores atravessam e que os poderá levar a desistir da atividade, como subsídios por receber, fatores de produção caros e desfasados do preço do leite ou licenciamento de vacarias burocrático;

Fatores de potenciamento:

- Barcelos é o concelho com maior produção de leite do país, com cerca de 72% da produção nacional. São mais de quatrocentas explorações distribuídas pelas diferentes freguesias do concelho;

- Nova legislação sobre os contratos com cada produtor e a empresa compradora, contratos que são uma mais-valia quer para produtores quer para a indústria. Ajudam a regular a produção e são uma segurança para o produtor;

- Barcelos constitui-se como um dos concelhos com maior área de milho (7.203 hectares), sendo a Cooperativa Agrícola de Barcelos responsável por uma área de cinco mil hectares de milho na região;

- A crise levou a que se conseguisse uma maior eficiência e maior rentabilização e qualidade da forragem produzida nas explorações, como forma de diminuição dos custos de alimentação com os animais.

- Apesar de todas as dificuldades a produção de leite é uma atividade com futuro nesta região, para além das indústrias ligadas à transformação do leite, há um conjunto de serviços de apoio à produção como a medicina veterinária e

maquinaria agrícola de grande qualidade que ajudam à eficiência e sucesso das explorações;

Este setor é um exemplo de sucesso na agricultura nacional, tanto a nível cooperativo como agroindustrial, apesar de ter sido um setor também assolado por dificuldades, como o abandono da atividade por parte dos produtores de leite nos últimos anos, confirmada pela redução das entregas de leite. O produtor de leite é considerado o elo mais fraco da cadeia. Assim, este clamava por ajuda, pois o custo alimentar das vacas subia todos os meses e o preço pago por litro de leite desceu consecutivamente nos diferentes trimestres do ano de 2012.

Em Setembro de 2013 a realidade começou a ser outra. Com a política de preço baixo pago aos produtores, assistiu-se a uma falta de leite generalizada, levando os governantes a focar-se nos produtores para que fizessem mais com menos, continuando a cumprir quotas de produção de leite. A escassez de leite que se traduziu em aumentos de preço à produção irá ter fim, pois a resposta a uma melhoria de preços é sempre um aumento da produção, que mais tarde ou mais cedo se transformará em sobras, o que por sua vez irá extravasar fronteiras através do efeito cascata. A solução ideal passaria por conseguir o tão desejado preço justo sustentável para todos os elos da cadeia.

3.2. O setor do leite no contexto da PAC pós-2013

O setor do leite é importante em Portugal e muitas explorações não têm resistido ao aumento dos custos de produção que resulta num fraco rendimento. Por outro lado, o anunciado fim das quotas aproxima-se, e com ele o receio que os países do norte da Europa produzam o suficiente para as necessidades do mercado.

Até ao presente, a única resposta europeia para a problemática foi a da contratualização que, enquanto voluntária, não altera o cenário que lhe era anterior. Na mesma linha de atuação, Portugal também legislou no sentido da contratualização ser obrigatória. Mas sendo restrita à produção e à indústria, esta legislação deixa a distribuição à margem, pelo que não se perspetiva eficaz para resolver os problemas de fundo do setor.

Em síntese, no que diz respeito ao setor do leite o aspeto mais positivo da reforma é o do compromisso político da Comissão Europeia de procurar dar resposta às crises que afetam regularmente o setor.

3.3. Apresentação e diagnóstico do problema das vacarias ilegais no concelho de Barcelos

O trabalho que desenvolvi em torno da problemática das vacarias ilegais em Barcelos, resulta da consulta de instrumentos de gestão territorial (IGTs), das cartas da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Barcelos e demais material de apoio, com o objetivo final de proposta de uma solução para as centenas de vacarias existentes em terras barcelenses.

Este trabalho foi desenvolvido em simultâneo com o meu acompanhar da Eng.^a Luísa Queirós na revisão do PDM de Barcelos. Esta experiência foi de extrema importância para perceber melhor este problema e ao mesmo tempo ter acesso a informação privilegiada sobre o que o município pretende fazer nesta matéria.

Sendo o sector pecuário de grande importância no país e em especial na região do Minho devido ao seu vital relevo para a nossa economia, tornar este sector mais competitivo e acompanhar a evolução das exigências da Comunidade Europeia, assume um carácter prioritário.

Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios, para a requalificação ambiental através do apoio a soluções coletivas mais adequadas, para a transferência, a valorização e tratamento de efluentes agropecuários são também questões que poderão ser englobadas numa proposta de um plano de base mais alargada para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território.

Pretendo aqui estabelecer uma ponte entre a experiência profissional a adquirir e o desenvolvimento do tema proposto, com o propósito de aplicar o conhecimento teórico adquirido na universidade, à prática profissional no local de estágio. Pela perspectiva de realização pessoal, espero ao mesmo tempo contribuir para a resolução de um problema que se arrasta há muito no tempo - a legalização das vacarias ilegais - e que considero um fator de enorme potenciamento do território no qual nasci e ao qual identifico as minhas raízes culturais.

Assim, proponho-me ao objetivo de procurar soluções para as vacarias que estão ilegais, no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste ponto, através da apresentação de algumas imagens e gráficos, pretendo demonstrar que muitas vacarias estão englobadas em espaço urbano, apresentarei várias conclusões como a concentração espacial das vacarias e a quantificação das que estão inseridas em Espaço Urbano e REN.

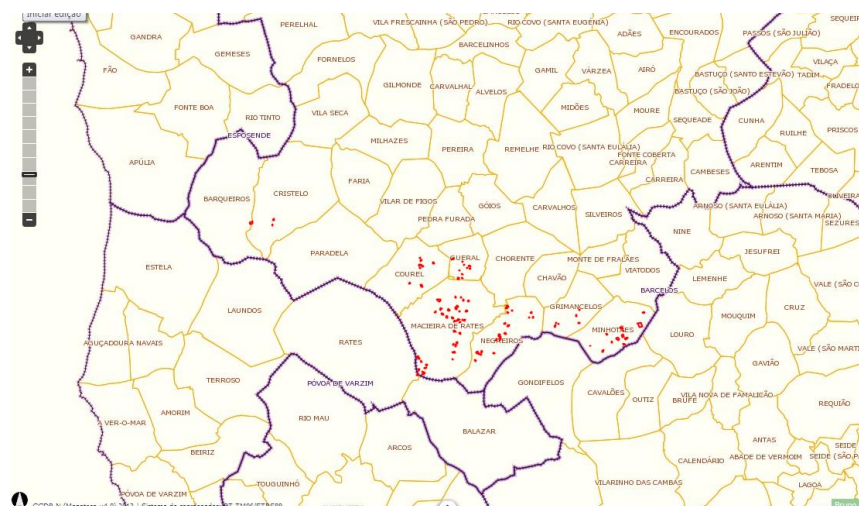


Figura 5 Concentração espacial de vacarias na zona sul do concelho de Barcelos (Fonte: CCDR-N Braga – Mapoteca, 2013).

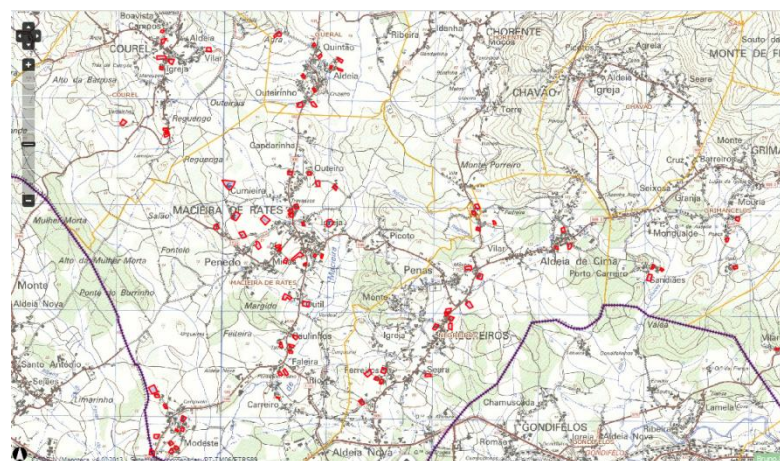


Figura 6 Extrato da carta militar com a mesma zona da figura 5, com as vacarias delimitadas por polígonos vermelhos (Fonte CCDR-N Braga – Mapoteca, 2013).

Num passado não muito longínquo, as explorações bovinas foram um sinónimo da pujança agrícola do Minho, mas com as diretivas europeias e com as leis de mercado, tornou-se um sector que tem estado num certo declínio. Embora o concelho de Barcelos fuja um pouco à realidade do resto do país (poucos concelhos têm o número de explorações agropecuárias que tem Barcelos), em virtude de existirem

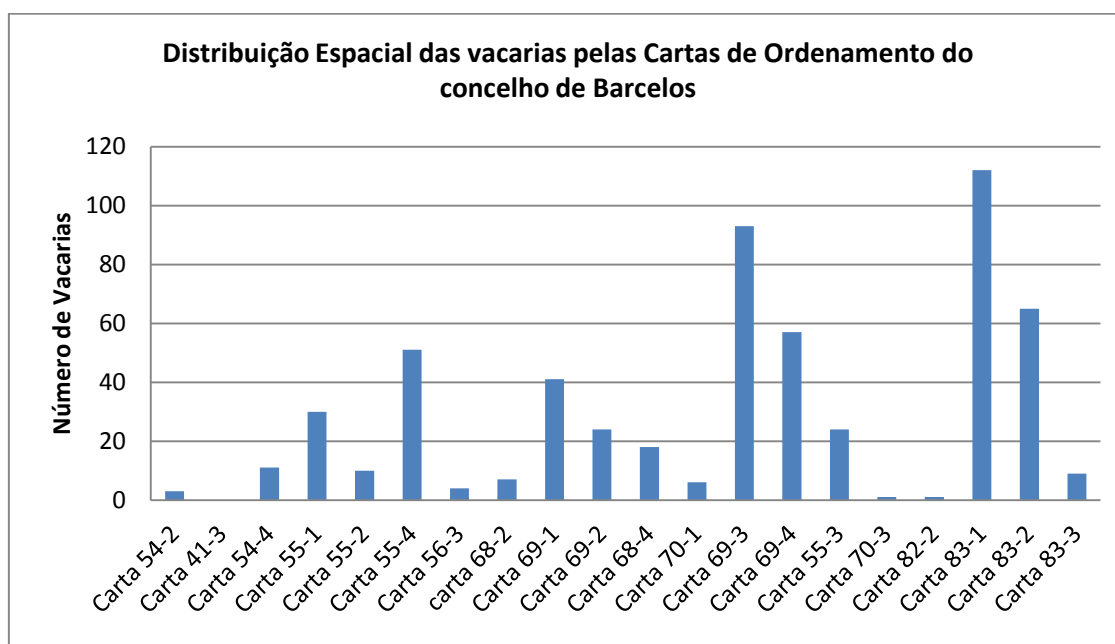
largas centenas de explorações no município. As explorações têm de cumprir um largo conjunto de diretivas e leis para estarem legais e para cumprirem o disposto pela Comissão Europeia para o sector, o que em Portugal, tem sido um enorme problema. Grande parte dos donos de explorações deste tipo, já está numa idade avançada e ao longo de toda a vida só fez esta atividade, pelo que a mudança não tem sido fácil nem rápida.

As imagens reproduzidas das figuras 5 e 6 são imagens que foram criadas por mim através do acesso á mapoteca (Sistema de Informação Geográfica-SIG) da CCDR-N, com o intuito de demonstrar que existe uma grande concentração de vacarias nas freguesias de Barcelos, que fazem fronteira com os concelhos de Famalicão e da Póvoa de Varzim.

Esta concentração geográfica não acontece por acaso. Existem também inúmeras explorações agropecuárias para a produção de leite nas freguesias de Gondifelos, Cavalões (Famalicão), Rates e Balazar (Póvoa de Varzim) a título de exemplo. Isto acontece devido a agroindústrias como a Lactogal, em Vila do Conde, e a Leicar, em Rates, que absorvem grande parte do leite produzido pelas vacarias localizadas em Barcelos, Póvoa de Varzim, Famalicão e Vila do Conde, fazendo desta zona a mais importante bacia leiteira do país.

3.3.1. Análise gráfica da concentração/dispersão das vacarias no concelho de Barcelos

Gráfico 6: Gráfico com a distribuição das explorações agropecuárias por carta de ordenamento (Cartas Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).



A partir do gráfico reproduzido através da imagem anterior pretende-se demonstrar a distribuição espacial das vacarias por carta de ordenamento.

Uma das tarefas que desempenhei no estágio, foi a de ajudar na revisão do PDM de Barcelos (como já escalpelizado no ponto 1 deste relatório). Assim tive acesso privilegiado a documentação cartográfica disponibilizada pelo município à CCDR-N, mais concretamente às cartas de ordenamento constituintes da proposta de Ordenamento do PDM de Barcelos. Estas cartas contêm as classes de espaço do PDM em vigor, como as classes de espaço *Urbano*, *Urbanizável* e *Industrial*. Têm também as classes de espaços da proposta do novo PDM, como *espaço urbano de baixa densidade*, *perímetros urbanos propostos aferidos*, *perímetros urbanos por aferir*, a Reserva Ecológica Nacional- Proposta, a Reserva Agrícola Nacional- proposta prévia. Estas cartas têm todas as Explorações Agropecuárias Existentes com um raio de influência de cem metros, ou seja, através destas cartas consegui saber todas as

explorações existentes no concelho e os espaços onde estavam inseridas, o que se revelou uma ajuda de extrema utilidade para o relatório.

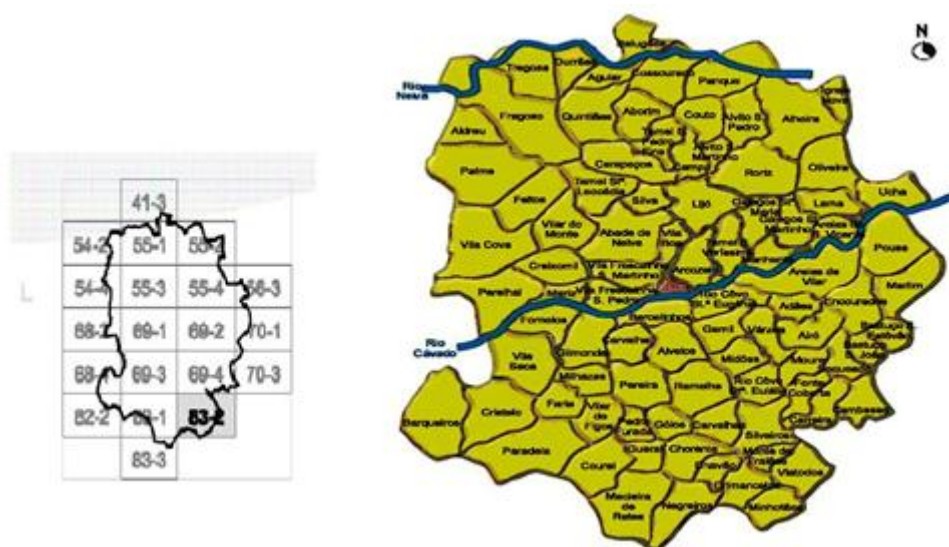


Figura 7: Imagens do concelho de Barcelos, com a divisão por cartas de ordenamento e por freguesias respetivamente (PDM de Barcelos, 2013 e esec-Barcelos).

Principais conclusões a retirar do gráfico com a distribuição das explorações agropecuárias por carta de ordenamento:

- As cartas de ordenamento com menos explorações agropecuárias são a 54-2 com 3 (Freguesias abrangidas: Aldreu e Fragoso), a carta 41-3 com 0 (Balugães), a 56-3 com 4 (Ucha e Pousa), a 70-1 com 6 (Martim, Pousa e Bastuço St. Estevão), a 70-3 com 1 (Bastuço St. Estevão), a 82-2 com 1 (Barqueiros) e a 68-2 com 7 vacarias (Vila Cova e Perelhal);
- Todas estas cartas têm em comum o facto de serem cartas que abarcam uma porção de território concelhio residual, são cartas periféricas, tendo como tal poucas explorações agropecuárias;
- As cartas com um número médio de vacarias são a carta 54-4 com 11 (Vila Cova e Palme), a 55-2 com 10 (Alheira, Panque, Alvito (S. Pedro), Couto e Igreja Nova), a 68-4 com 18 (Barqueiros e Cristelo) e por fim a carta 83-3 com 9 vacarias

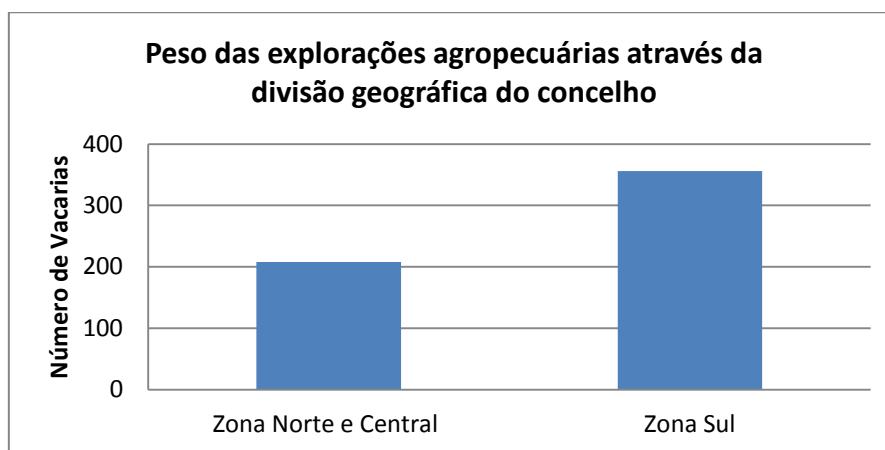
(Macieira de Rates e Negreiros). De salientar que tanto a carta n.º 68-4 como a n.º 83-3 apesar de abarcarem pouco território concelhio, têm no seu conjunto 27 vacarias, o que não será alheio ao facto de representarem freguesias como Barqueiros, Cristelo, Macieira de Rates e Negreiros, freguesias essas que se encontram na fronteira com o concelho da Póvoa de Varzim, ou seja mais perto das entidades compradoras;

- As cartas que apresentam maior número de explorações agropecuárias são a carta 55-1 com 30 (Freguesias abrangidas: Tregosa, Durrães, Aguiar, Fragoso, Quintiães, Aborim, Cossourado, Balugães e Panque), a carta 55-4 com 51 (Campo, Ucha, Lama, Oliveira, Galegos S. Martinho, Areias, Galegos St.ª Maria, Roriz, Alvito S. Martinho, Couto e Alvito S. Pedro), carta 69-1 com 41 (Perelhal, Creixomil, Vilar do Monte, Fornelos, Mariz, Vila Boa, Abade de Neiva, Vila Frescaíinha S. Pedro e S. Martinho, Barcelinhos, Carvalhal, Gilmonde e Alvelos), a 69-2 com 24 (Rio Covo St.ª Eugénia, Gamil, Várzea, Adães, Areias de Vilar, Encourados, Manhente, Tamel S. Veríssimo, Arcozelo, Airó, Pousa e Martim), a 69-3 com 93 (Alvelos, Pereira, Goios, Carvalhal, Vilar de Figos, Faria, Milhazes, Gilmonde, Vila Seca e Cristelo); a 69-4 com 57 vacarias (Silveiros, Carreira, Fonte Coberta, Cambeses, Sequeade, Rio Covo St.ª Eulália, Remelhe, Moure, Bastuço S. João, Midões, e Carvalhas), a 55-3 com 24 (Lijó, Silva, Tamel Santa Leocádia, Carapeços, Tamel S. Pedro Fins, Campo, Feitos, Palme e Vilar do Monte), a carta 83-1 com 112 vacarias (Barqueiros, Cristelo, Paradela, Courel, Macieira de Rates, Negreiros, Chorente, Gual e Vilar de Figos) e por último a carta 83-2 com 65 explorações agropecuárias (Freguesias abrangidas: Negreiros, Chavão, Chorente, Grimancelos, Minhotães, Viatodos, Monte Fralães, Silveiros e Carvalhas);

- As cartas de ordenamento n.º 83-1 e n.º 83-2, são precisamente as cartas com as freguesias mais a sul e que delimitam o concelho de Barcelos com os da Póvoa de Varzim e de Famalicão. Perfazem no seu conjunto o total de 177 vacarias. Este número é indicativo da forte concentração nesta parte do concelho;

- Outra conclusão importante que se pode retirar deste gráfico é que todas as freguesias de Barcelos têm explorações agropecuárias, ou seja, é uma atividade económica transversal a todo o território concelhio.

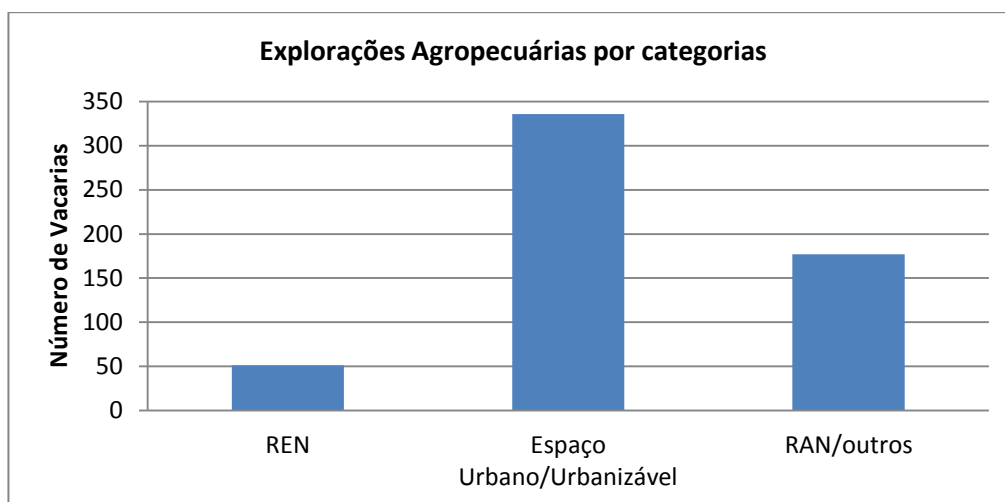
Gráfico 7: Gráfico com a demonstração do número de vacarias através da divisão Norte-Sul do concelho de Barcelos (Fonte: Cartas da Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).



O gráfico reproduzido na figura anterior demonstra que todo o concelho tem explorações agropecuárias espalhadas pelo seu extenso território, mas acima de tudo, neste gráfico é bem visível a diferenciação entre duas partes do concelho, que se encontram identificadas no gráfico como *zona Norte e Central* e *zona Sul*.

Partindo desta diferenciação reproduzida na figura 8 (imagem do concelho dividido por freguesias), facilmente identificamos que o concelho está dividido praticamente a meio pelo rio Cávado, permitindo que se faça uma diferenciação tendo o rio como linha divisória entre a parte norte e central e a parte sul. Na zona norte e central foram identificadas 208 vacarias, por sua vez a zona sul tem um total de 356 vacarias. Este facto evidencia veemente que existe uma maior concentração de vacarias naquela parte do concelho, existindo um maior número de explorações nas freguesias prostradas mais a sul, confinando com as freguesias dos concelhos de Esposende, Póvoa de Varzim e Famalicão.

Gráfico 8: Gráfico com o número de vacarias localizadas por classe de espaço (Fonte: Cartas da Proposta de delimitação para a revisão do PDM Barcelos, 2012).



Analisando o gráfico reproduzido anteriormente podemos afirmar que existe um problema com a existência de explorações agropecuárias em *espaço urbano* já consolidado e *espaço urbanizável*. No espaço urbano/urbanizável estavam identificadas **336** explorações agropecuárias. O número extenso é, só por si, já demonstrativo da complexidade e difícil resolução do problema das vacarias em Barcelos. Não tão complexo como o caso atrás referenciado, mas também importante, é a existência de **51** vacarias em Reserva Ecológica Nacional, pois a atividade económica em questão pode pôr em questão a defesa dos valores naturais e ambientais pelos quais a REN foi criada. Em RAN/outros existem **177** explorações agropecuárias identificadas.

Em terrenos da Reserva Agrícola Nacional como são áreas que se destinam à manutenção e desenvolvimento do potencial produtivo através de formas de aproveitamento agrícola ou agropecuário que conservem a fertilidade dos solos, é uma área que pode suportar perfeitamente a atividade agropecuária e sem problemas legais.

O concelho de Barcelos antes da reorganização administrativa das freguesias era o concelho em Portugal com o maior número de freguesias (89), passando com a reorganização empreendida pelo governo central para 61 freguesias, número atingido através da agregação de freguesias (ver quadro representativo Anexo1).

Entendi que seria também importante apresentar um quadro com as freguesias do concelho antes da reorganização administrativa das freguesias e com a atualização das mesmas após a reorganização.

3.3.2. Observação in loco no terreno

A 21 de Agosto de 2012 desloquei-me às freguesias de Lijó e Roriz, numa perspectiva de trabalho de campo para observação “in loco” de algumas vacarias. Assinaladas nas cartas 55-3 e 55-4 da planta de Ordenamento do PDM de Barcelos como estando localizadas em Espaço Urbano e Reserva Ecológica Nacional, as explorações que observei que grande parte das explorações agropecuárias, vulgo vacarias de Barcelos encontram-se, aliás como todo o resto de atividades económicas e humanas, disseminadas pela paisagem por entre habitações, espaços comerciais, industriais e naturais, evidenciando o carácter prementemente difuso do norte litoral português em especial toda a região do Minho e área metropolitana do Porto.



Figura 8: - Exemplo de vacaria implantada junto a uma linha de água (Fotos de execução própria, Roriz, 2012)

Tive oportunidade de observar um total de 6 vacarias, cinco na freguesia de Lijó e uma na freguesia de Roriz. A minha escolha recaiu sobre estas explorações por dois motivos. Por um lado por conhecer relativamente bem a zona que abrange estas duas freguesias contínuas, não tendo assim problemas em termos de deslocação e de procura das vacarias, por outro lado por esta zona de Lijó e Roriz, e em concreto estas seis vacarias estarem todas implantadas em meios urbanos. A vacaria representada na imagem da figura 8 está também implantada junto a uma linha de água o que exemplifica um possível problema ambiental.

Em suma, a minha escolha recaiu sobre estas vacarias, porque este conjunto de 6 vacarias constitui a amostra ideal para demonstrar através de imagens, a sua implantação perto de casas de habitação e junto a um sistema ambiental. Esta observação no terreno adquiriu um papel de trabalho de campo, o que ajudou a perceber que esta amostra de seis vacarias é na realidade, reflexo do que se passa na maioria das explorações agropecuárias do concelho, como exemplificado pelo gráfico 8, existindo em Barcelos 336 explorações agropecuárias em espaço urbano/urbanizável.



Figura 9: – Imagens das vacarias que observei in loco em Lijó, imagem retirada do Google Earth e imagem da carta de ordenamento do PDM de Barcelos (Google Earth, 2012 e PDM de Barcelos, 1995).



Figura 10: Extrato da legenda da carta de ordenamento do PDM de Barcelos (PDM de Barcelos, 1995).

Como se pode observar com base nas imagens reproduzidas na figura 11, da amostra de cinco explorações agropecuárias da freguesia de Lijó, duas estão integradas na classe de espaço I1 – Integradas em RAN e pertencente aos Espaços Agrícolas. Outras duas vacarias estão em Espaços Urbanizáveis – área de média/baixa densidade, uma vacaria está dividida entre espaço agrícola e espaço urbanizável.

Em suma poderá dizer-se que é uma situação que se pode replicar a tantas outras explorações agropecuárias na grande maioria das freguesias do concelho, embora o problema esteja nas explorações que se encontram em espaços urbanos e urbanizáveis.

3.4. Soluções para a problemática das vacarias ilegais em Barcelos – no âmbito dos IGT's

Consciente das mudanças registadas no setor agrícola e no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o objetivo de encontrar a melhor solução para legalizar as vacarias que se encontram em espaços urbanos em Barcelos, poderá ser uma tarefa de elevada dificuldade. Existem inúmeras vacarias em situação ilegal, algumas delas de apreciável dimensão.

As questões do ordenamento do território é uma realidade profissional do meu agrado, pois como aluno do mestrado de Geografia na Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território não poderia ter estado melhor enquadrado do que na CCDR-N, nesta minha primeira experiência profissional como licenciado e aluno de mestrado.

A formação proporcionada pela CCDR-N “Falar o Ordenamento do Território” no Porto nos dias 17 e 18 de abril, a qual tive a oportunidade de frequentar, permitiu-me auscultar e apreender diferentes ideias sobre o planeamento e o ordenamento ouvindo distintos especialistas que há muitos anos se dedicam a temas relacionados com essa problemática, refletindo, em conjunto, sobre a atualidade e os cenários possíveis de evolução, as dimensões a explorar e o sentido da ação a promover. Esta formação constituiu uma oportunidade de me posicionar perante a necessidade permanente de balanço entre as doutrinas e as práticas. Retirei apontamentos e novas formas de abordar o planeamento e o ordenamento ouvindo especialistas como o Prof. ^o Sidónio Pardal (Universidade Técnica de Lisboa), o Prof.^o Rio Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e Prof.^o João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), entre outros, na esperança de retirar aprendizagens fundamentais para o meu trabalho diário e elementos para a problemática das vacarias ilegais em Barcelos.

Na perspetiva de um urbanista a preocupação com as questões de localização física das várias atividades (aeroportos, infraestruturas, etc.), utilização dos solos e organização das atividades no solo deve estar sempre presente. O urbanista em Portugal é confrontado desde há algumas décadas com um processo de urbanização

marcado pela “*explosão das cidades*” (White), refletido em especial no Norte e Área Metropolitana do Porto, a propósito do que podem ser os entendimentos dos problemas e das soluções para a construção de territórios sustentáveis e o papel do planeamento no processo de valorização da dimensão espacial da competitividade e coesão.

Um dos especialistas que mais prendeu a minha atenção foi o Professor Doutor Sidónio Pardal, referindo que “*a classificação dos usos do solo nos planos diretores municipais é uma decisão política plasmada em documentos jurídicos e administrativos que têm repercussão nas prerrogativas da propriedade, nos valores do solo e, consequentemente, sobre o mercado imobiliário. Nesse sentido, é importante distinguir o que são os estudos e as informações de carácter técnico relativa á análise e caracterização do território dos conteúdos das plantas de ordenamento que demarcam e configuram os usos do solo, as condicionantes e limitações, assim como as alterações de uso e desenvolvimento proibidos, permitidos ou impostos.*”. Este especialista, da mais inegável valia e qualidade, foi um dos que contribuiu para a alteração do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, contributo esse que contou com vários reparos de índole crítica a este instrumento de gestão territorial, responsável pelos critérios a observar na classificação do solo. Contudo o meu trabalho cinge-se em analisar os IGT’s e procurar no seu seio solução/soluções para a problemática das vacarias.

Os instrumentos de gestão do território devem-se assumir como instrumentos auxiliares e orientadores, sem que limitem a atuação do urbanista, seja ele geógrafo, arquiteto, engenheiro civil ou historiador na sua relação com o território, tendo sempre em mente que são os PMOT (Plano Municipal de Ordenamento do Território) que procedem à classificação e qualificação dos solos e, portanto, à identificação dos perímetros urbanos e à delimitação das várias categorias de solos em função do seu uso dominante.



Figura 11: conjunto de imagens que demonstram a proximidade de vacarias (polígonos vermelhos) a casas de habitação e integradas em meio urbano, no caso em Macieira de Rates (Google Earth, 2013).

3.4.1. Problemática e Objetivos da Investigação

- Soluções visando a legalização das vacarias ilegais em Barcelos.
- Qual será a melhor solução para resolver o problema das vacarias ilegais no Concelho de Barcelos?
- Será possível a legalização de todas as vacarias?

A partir destas questões será feita uma análise mais profunda, com contributos do trabalho de investigação e de campo realizado, tanto na delegação da CCDR-N de Braga como em visitas aos locais das vacarias em Barcelos, para perceber o modo como muitas delas estão implantadas e ligadas a negócios de raiz familiar e de subsistência. Sendo este um ponto de partida para este sector (agropecuária) continuar a ser uma oportunidade de emprego, riqueza e desenvolvimento mas integrado em boas práticas ambientais e de ordenamento do território.

Objetivos:

- Compreender e fazer uma introdução teórica da agropecuária em Portugal, no Minho e em particular em Barcelos; ao mesmo tempo demonstrar o peso deste setor na economia e no desenvolvimento rural, destacando os principais produtos daí resultantes, pontos fortes e pontos fracos;
- Analisar as questões jurídicas que servem de suporte às questões de ordenamento do território, os instrumentos de gestão do território (IGTs), tais como, os decretos regulamentares 9, 10 e 11 e os Decretos-Lei n.º 380/99 com a redação atual.
- Fazer também uma integração nas leis europeias para o sector – a nova PAC;
- Fazer uma avaliação deste enquadramento legislativo e retirar daí os aspetos mais pertinentes para a legalização das vacarias, tendo sempre em mente, a especificidade do Minho e das suas gentes e costumes;

- Demonstrar um caso-exemplo do mesmo tipo de problema (legalização de explorações agropecuárias), que tenha sido solucionado e ver se pode ser replicado ou não em Barcelos;
- Demonstrar que ao solucionar o problema das vacarias ilegais, ao mesmo tempo, pode-se avançar também para uma solução de tratamento dos resíduos resultantes destas explorações.

Alguns dos objetivos foram já abordados em pontos do relatório anteriores a este, tais como:

- Compreender e fazer uma introdução teórica da agropecuária em Portugal, no Minho e em particular em Barcelos; ao mesmo tempo demonstrar o peso deste setor na economia e no desenvolvimento rural, destacando os principais produtos daí resultantes, pontos fortes e pontos fracos;
- Fazer também uma integração nas leis europeias para o sector – a nova PAC.

Os restantes objetivos do ponto 2 do relatório, atrás mencionados, serão desenvolvidos nos pontos posteriores a este.

A questão prática quanto à procura de soluções para a legalização de vacarias no concelho de Barcelos, tema proposto a tratar pela CCDR-N, é importante pois permitiu-me a possibilidade de trabalhar profundamente com instrumentos de gestão do território, ou seja trabalhei diretamente com as ferramentas de suporte profissional com que trabalham os nossos urbanistas. Além do mais trabalhei para solucionar um problema de gestão do território, que, com a adequada solução irá também melhorar muito a vida e as condições de negócio de um sector importante para o País e para a sua economia.

3.4.2. Diplomas legais que sustentam os Instrumentos de Gestão Territorial

Para poder contribuir para a revisão dos Planos Diretores Municipais de Vila Verde e de Barcelos e para poder trabalhar na problemática das explorações agropecuárias foi necessário ler e estudar vários Decretos-Lei e Portarias relacionadas com os Instrumentos de Gestão Territorial e Guias para a Elaboração e Acompanhamento de PDM's havendo a destacar:

- Guia para a Elaboração e Acompanhamento de Planos Diretores Municipais (2ª geração);
- Decreto Regulamentar n.º 9 de 2009;
- Decreto Regulamentar n.º 10 de 2009;
- Decreto Regulamentar n.º 11 de 2009;
- Decreto-Lei n.º 46/2009;
- Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro (Republicação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro);
- Portaria n.º 1474/2007;
- Portaria n.º 137/2005;
- Portaria n.º 138/2005.

Resumo dos principais pontos de cada diploma

Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro (Republicação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro):

O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro (Republicação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), estabelece que *“o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, em desenvolvimento da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definiu o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT). Para além de modificações pontuais, o RJIGT foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro,*

essencialmente no domínio do procedimento de formação dos planos municipais de ordenamento.

Contudo, as alterações então introduzidas não lograram alcançar a simplificação e a eficiência dos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal que se afiguram necessárias em função da dinâmica dos processos económicos, sociais e ambientais de desenvolvimento territorial e da operatividade que se pretende conferir ao sistema de gestão territorial.

As mesmas necessidades de simplificação e eficiência fizeram sentir-se, entretanto, no domínio dos procedimentos de elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, dos planos regionais de ordenamento do território e dos planos regionais de ordenamento do território e dos planos especiais de ordenamento do território. Por outro lado, a prática de planeamento e de gestão urbanística municipal e a reflexão associada à aplicação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, veio revelar a necessidade de serem explicitados determinados conceitos, corrigidas disfunções de articulação e supridas lacunas entretanto geradas por novas necessidades de intervenção territorial, sobretudo no que se refere ao objeto e ao conteúdo material dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, e ao regime da dinâmica dos instrumentos de gestão territorial em geral.”.

- O artigo 1.º deste diploma legal estabelece que o mesmo desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Decreto Regulamentar n.º 9 de 2009, de 29 de Maio (Fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento e planeamento a utilizar nos Instrumentos de Gestão territorial):

- O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, prevê que os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento

do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial sejam estabelecidos por decreto regulamentar;

- Pretende-se, assim, através do presente diploma legal, evitar a atual dispersão e imprecisão de conceitos utilizados por instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o recurso a expressões que não são objeto de definição, a utilização do mesmo conceito com diferentes significados, diferentes designações, bem como a utilização de conceitos indeterminados e incorretos;

- Esta situação acarreta consequências negativas para a gestão do território, nomeadamente no que se refere à aplicação objetiva e rigorosa da disciplina dos planos, à verificação da conformidade e compatibilidade entre instrumentos de planeamento territorial, à coordenação das intervenções públicas nos vários âmbitos e, ainda, à avaliação dos instrumentos de gestão territorial e dos seus efeitos;

- Urge, pois, fixar os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, contribuindo para uma maior eficácia e eficiência na gestão do território, credibilizando o sistema de planeamento e assegurando que os resultados das práticas de gestão territorial respondem aos objetivos traçados pelo sistema de gestão territorial;

- Os conceitos técnicos fixados nos termos do presente diploma legal são de utilização obrigatória nos instrumentos de gestão territorial, não sendo admissíveis outros conceitos, designações, definições ou abreviaturas para o mesmo conteúdo e finalidade.

Decreto Regulamentar n.º 10 de 2009, de 29 de Maio (Fixa a Cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial):

- A elaboração dos instrumentos de gestão territorial carece de informação georreferenciada atualizada e fidedigna. No universo dessa informação

destacam-se a cartografia topográfica, que fornece a base para o reconhecimento do território e para a referenciação, organização e representação de toda a restante informação, e a cartografia temática, que, de forma direta com a base topográfica, fornece informação sobre atributos específicos do território objeto do plano;

- O presente decreto regulamentar fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes;

- A cartografia de referência a utilizar é obrigatoriamente: cartografia topográfica, cartografia temática de base topográfica ou hidrográfica oficial ou a cartografia homologada nos termos da legislação em vigor, nas suas versões mais atualizadas.

Decreto Regulamentar n.º 11 de 2009, de 29 de Maio (Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo):

- O presente decreto regulamentar trata, num primeiro momento, os critérios a observar na classificação do solo, entendida esta como a opção de planeamento territorial determinativa do destino básico dos terrenos e assente na diferenciação entre classes de solo rural e de solo urbano;

- Estabelece-se depois que a reclassificação do solo rural como solo urbano apenas seja admitida a título excecional, combatendo-se a prática de aumento indiscriminado dos perímetros urbanos, com a consequente inutilização desproporcionada de espaços agrícolas, florestais ou verdes lúdicos. Simultaneamente, sinaliza-se de forma clara que os processos de reclassificação do solo devem ser criteriosa e tecnicamente justificados, em prol de melhores e mais qualificadas cidades;

- No que se refere ao solo rural, prevê-se que a sua qualificação se processe de acordo com as categorias previstas no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, conferindo-se, no entanto, aos planos municipais de ordenamento do território a possibilidade de proceder à sua desagregação por subcategorias, desde que estas se revelem adequadas à estratégia de desenvolvimento local e ao modelo de organização espacial do território municipal;
- Consagra-se ainda a possibilidade de os planos municipais de ordenamento do território definirem outras categorias de solo rural para os aglomerados rurais, para as áreas de edificação dispersa ou para outros tipos de ocupação humana que não confirmem o estatuto de solo urbano;
- Este decreto regulamentar estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional;
- Os critérios referidos no número anterior aplicam-se aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território.

Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro (Regulação da constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento (CA) da elaboração e da revisão do plano diretor municipal (PDM):

- Alteração da designação, passam a designar-se comissões de acompanhamento. As comissões deixam de incluir representantes dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais;

- Para esta opção, contribui a verificação que os trabalhos das comissões que acompanham os planos consistem, na maior parte dos casos, no debate e análise de questões de carácter essencialmente técnico;
- A adoção, no âmbito do acompanhamento da elaboração e da revisão destes planos, do modelo de decisão em conferência de serviços justifica a alteração efetuada, em virtude da representação de interesses privados ser pouco coerente com este mecanismo;
- Para efeitos de constituição da CA, compete à câmara municipal comunicar à comissão de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) o teor da deliberação que haja determinado a elaboração ou revisão do PDM e solicitar a marcação de uma reunião preparatória;
- A CA é o órgão responsável pelo acompanhamento regular dos trabalhos de elaboração ou de revisão do PDM, competindo-lhe assegurar a prossecução dos objetivos previstos no artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

Portaria n.º 137/2005, de 2 de Fevereiro (Fixa os elementos que devem acompanhar cada um dos planos especiais de ordenamento do território, atendendo ao respetivo objeto e conteúdo material):

Os planos especiais de ordenamento do território são acompanhados por:

- Planta de enquadramento, abrangendo a área de intervenção, devidamente assinalada, e a zona envolvente, bem como as principais vias de comunicação;

- Programa de execução que contenha disposições indicadas sobre as principais intervenções, indicando as entidades responsáveis pela sua implementação e concretização, bem como a estimativa dos custos associados e o cronograma da sua execução;
- Estudos de caracterização física, económica e urbanística que fundamentam a solução proposta;
- Planta da situação existente;
- Elementos gráficos de maior detalhe que ilustrem situações específicas do respetivo plano;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.

Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro (Fixa os demais elementos que devem acompanhar cada um dos planos municipais de ordenamento do território).

Os elementos que acompanham o plano diretor municipal são os que constam do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e ainda:

- Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação da área de intervenção dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município;
- Planta da situação existente, com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano;

- Relatório e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração de câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Carta da estrutura ecológica municipal;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Fixa também os elementos que acompanham o plano de urbanização;
- Fixa ainda os elementos que acompanham o plano de pormenor.

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro:

- O presente diploma desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial;
- A política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interação coordenada, em três âmbitos: nacional, âmbito regional e municipal;
- O âmbito nacional é concretizado através dos seguintes instrumentos:
 1. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

2. Os planos sectoriais com incidência territorial;
3. Os planos especiais de ordenamento do território, compreendendo os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas, os planos de ordenamento da orla costeira e os planos de ordenamento dos estuários.

- O âmbito regional é concretizado através dos planos regionais de ordenamento do território;

- O âmbito municipal é concretizado através dos seguintes instrumentos: os planos intermunicipais de ordenamento do território, os planos municipais de ordenamento do território, compreendendo os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

3.4.3. Soluções para as explorações agropecuárias do concelho de Barcelos.

Licenciamento das explorações bovinas

As explorações que infrinjam as normas dos PDM's, podem ser licenciadas pelas respetivas autarquias, e mesmo não existindo esse licenciamento do edifício, por omissão ou oposição municipal, o processo de licenciamento da exploração bovina, no quadro do Decreto-Lei n.º 202/2005, de 24 de Novembro, pode ocorrer:

- O licenciamento das explorações bovinas já existentes á data de entrada em vigor do presente Decreto-Lei não está dependente do cumprimento das normas relativas aos PDM, bem como da existência de licença de utilização das instalações;
- A ampliação, reformulação, ou ambos, da área edificada, para adaptação ao regime constante no Decreto-Lei das explorações de bovinos localizadas em REN, antes da instituição destes regimes é autorizada até ao máximo de 20% da área edificada.

Com o novo regime legal, as inovações ao nível do licenciamento das explorações passam por uma licença de exploração bovina (emitida pelo Diretor Geral de Veterinária), para tal é necessário apresentar um processo na Direção Regional de Agricultura. O novo regime é muito mais exigente nas condições higieno-sanitárias, na sanidade e bem-estar animal, no tratamento e deposição dos efluentes, obrigando mesmo à apresentação de um plano de gestão de efluentes.

Há três tipos de licenças – A, B e C – consoante a dimensão das explorações.

A esmagadora maioria dos casos no concelho de Barcelos são do tipo C.

Para as novas explorações os procedimentos são claros e inequívocos, o mesmo não se aplica para as existentes a legalizar.

PDM de Barcelos em vigor (1995) e Revisão do PDM (2ª geração)

Os PDM's de primeira geração surgiram como documentos desejados e necessários para “disciplinar” a prática e a gestão do ordenamento. Por outro lado, por

força do cumprimento de “*timings*” impostos, acrescida da falta de experiência em planeamento levou a que o documento elaborado deixasse algumas questões por resolver, nomeadamente o “ordenamento do espaço rural”, a abordagem a “áreas de génese ilegal” e uma melhor ponderação nalgumas regras regulamentares que se vieram a revelar inadequadas ou pouco eficazes.

O 1.º Plano Diretor Municipal de Barcelos entrou em vigor em 1995, não traduz com rigor a realidade física, cultural, económica e social que se observa e que já então se verificava no território.

Poderemos suportar esta opinião em 4 observações:

- Tratou as freguesias do concelho todas por igual, todo o solo urbano das freguesias, culturalmente urbanizadas ou mais rurais, foi qualificado com a mesma categoria funcional – Espaço Urbano de Baixa Densidade;
- Ignorou a forte componente rural do concelho de Barcelos, nomeadamente a sua importância no domínio agropecuário e no setor leiteiro;
- Não atendeu às características do tecido industrial e às razões que motivaram a sua dispersão no território;
- Não prestou a devida atenção às construções clandestinas, então existentes, e que não tinham tradução na cartografia desatualizada que lhe serviu de suporte.

O primeiro PDM deixa como herança a existência de inúmeras instalações agropecuárias não só inseridas em REN, 51 vacarias, como também, inseridas em Espaço Urbano, 336 vacarias. Esta situação, para além de criar enormes dificuldades de funcionamento aos seus proprietários, criou tensões entre a população ali residente. O agricultor passou a ser, muitas vezes, *persona non grata* no seu próprio habitat! Resolver esta questão torna-se obrigatório para a defesa do espaço rural e da agricultura.

O PDM de 1995 permitia a instalação e existência de explorações pecuárias nas categorias Espaços agrícolas (artigos 37.º e 38.º), nas Áreas agrícolas sociais (artigos 39.º e 40.º) e nos Espaços Florestais (artigos 41.º, 42.º, 43.º e 44.º) mas sempre

sujeitos aos regimes da REN e da RAN, contudo, como já referido anteriormente nunca foi dada a importância devida a este setor vital da economia concelhia, de forma a acautelar o licenciamento das vacarias no plano diretor municipal.

Já em 2005 a Câmara Municipal Barcelos, no âmbito do processo de revisão do PDM (entretanto iniciado), estava a dedicar atenção à problemática das vacarias ilegais, executando um levantamento de todas elas, sua localização e terrenos alternativos.

Hipóteses de solução na altura:

1. Deslocalização para terrenos da RAN:

Nestes casos, estava a tentar-se que, quando as instalações atuais, ou terreno proposto, sejam RAN e REN simultaneamente, sejam classificados apenas como RAN.

2. Nova figura de planeamento “núcleo rural” ou “aglomerados rurais”:

Nas situações em que existam agrupamentos de várias vacarias, em espaço urbano, mas longe dos aglomerados urbanos principais, propôs-se uma nova classificação de espaço para “núcleo rural”, onde poderiam coexistir as explorações com as habitações, de acordo com regulamento a adotar.

Revisão do PDM de Barcelos – artigos do Regulamento com incidência sobre as vacarias

Como foi já referido, no ponto do relatório dedicado ao trabalho que desenvolvi na subestrutura de Braga da CCDR-N, uma das áreas em que tive a oportunidade de colaborar foi o acompanhamento da revisão de PDM's.

O que me permitiu ter acesso a informação privilegiada sobre o que o município de Barcelos pretendia fazer em relação às vacarias ilegais.

A câmara municipal de Barcelos fez um levantamento de todas as explorações pecuárias e representou-as nas cartas de ordenamento da proposta de revisão do

PDM, facto que me ajudou sobremaneira, em virtude de ter acesso a essas mesmas cartas e que me permitiu retirar toda a informação que considerei relevante para este trabalho (como por exemplo a informação constante dos gráficos aqui apresentados).

Artigos do RPDM de Barcelos a reter em relação às explorações agropecuárias:

- **Artigo 13.º (compatibilidade de usos e atividades):** (...) 2- *Não pode ser inferior a 100 m, o afastamento entre edifícios de habitação ou de alojamento turístico e as construções destinadas a vacarias, pocilgas, (...) exceto quando integrados em espaço urbano de baixa densidade. (...);*

- **Espaço agrícola de proteção, artigo 37.º (Identificação e caracterização):** (...) 2- *Estas áreas destinam-se à manutenção e desenvolvimento do potencial produtivo segundo formas de aproveitamento agrícola ou agropecuário que conservem a fertilidade dos solos. (...);*

- **Artigo 43.º (Aglomerados Rurais), artigo 44.º (Usos):** (...) *Nestas áreas são permitidos, para além do uso residencial, usos complementares às atividades agrícola ou pecuária nomeadamente a manutenção, melhoramento e ampliação de instalações pecuárias já existentes e instalação de novas com enquadramento nas classes 2, 3 ou detenção caseira (...);*

- **Artigo 45.º (Regime de edificabilidade):** 1- (...) a) - *Instalações de apoio à produção e exploração agrícola ou pecuária: (...) iii) – As novas instalações agropecuárias que apresentem enquadramento na classe 2 ou superior, conforme o definido no anexo II do Decreto-Lei 214/2008, deverão assegurar um afastamento mínimo de 100 m em relação aos perímetros urbanos, com exceção dos espaços urbanos de baixa densidade (...);*

- **Artigo 50.º (Regime de edificabilidade) em Espaço florestal de proteção:** (...) 5- *São permitidas construções destinadas a instalações diretamente*

adstritas às explorações rurais, incluindo agropecuárias devidamente justificadas por estudos de enquadramento e apresentação de projeto de gestão de efluentes. (...);

- **Artigo 99.º (Espaços Urbanos de Baixa Densidade):** *“Correspondem a espaços edificados com usos mistos, nomeadamente de apoio a atividades localizadas em solo rural, que conservam total ou parcialmente as características morfológicas e de vivência originais e que se pretende preservar e requalificar como espaço de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural”;*

- **Artigo 100.º (Usos):** *“1- Nestas áreas são permitidos, para além do uso residencial, usos complementares às atividades agrícola ou pecuária, com enquadramento na classe 3 ou detenção caseira, e florestal, (...). 2- É também permitida a realocização, manutenção, melhoramento e ampliação das instalações pecuárias já existentes nesta categoria de espaço, e que se encontram reconhecidas pelo presente Plano (...)”;*

- **Artigo 165.º (Legalização de construções não licenciadas):** *“este artigo procura dar oportunidade de legalização a todas as construções cuja existência se comprove datar antes da entrada em vigor do primeiro PDM. Não obstante, a possível legalização, dependerá de parecer da entidade da tutela em caso de incidência de uma condicionante”.*

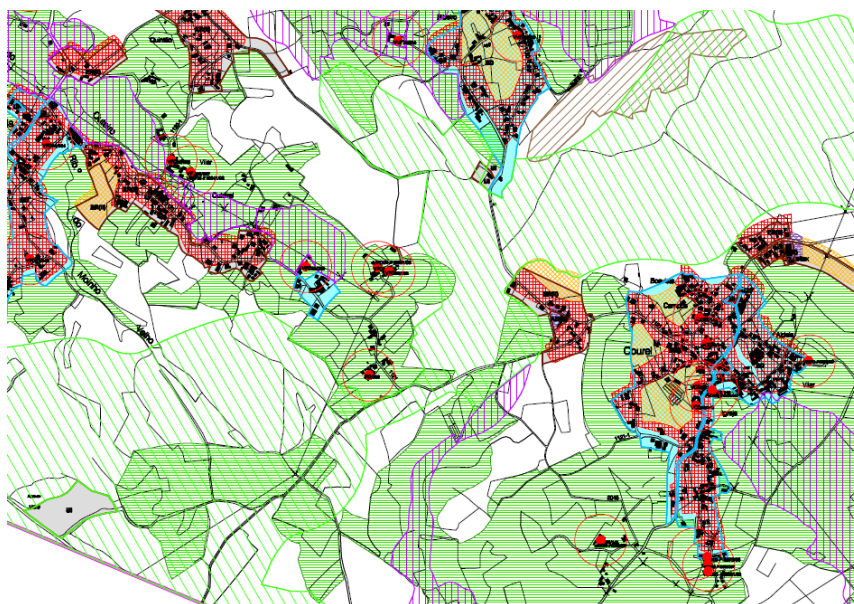


Figura 12: Extrato de imagem da nova carta de ordenamento n.º 83-1 (freguesias de Courel e Gual) do PDM de Barcelos (Proposta de Delimitação - Ordenamento da revisão do PDM de Barcelos, 2012).



Figura 13: Legenda da carta de ordenamento n.º 83-1 (Proposta de Delimitação - Ordenamento da revisão do PDM de Barcelos, 2012).

Além do acesso às cartas de Ordenamento, tive também acesso ao relatório da proposta de Ordenamento e ao novo regulamento do PDM.

Aspetos importantes a reter do Relatório da proposta de Ordenamento:

- (...) *A defesa e qualificação do espaço rural passam também por impedir que este continue a ser invadido pela “urbanidade”, protegendo o que é genuíno não só ao nível das vivências e das atividades, mas ao nível da edificação. Poder-se-á dizer, protegendo o habitat (...);*
- (...) *É esta ideia que se pretende assegurar com a delimitação efetuada dos espaços residenciais de Nível II e, essencialmente, com os espaços urbanos de baixa densidade e dos aglomerados rurais (...);*
- Conseguir uma coexistência pacífica da habitação com a prática agrícola é o que se espera com as categorias funcionais aplicadas ao espaço rural;
- Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios, melhorar a acessibilidade viária e a rede elétrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território e, contribuir para a requalificação ambiental, através do apoio a soluções coletivas mais adequadas para a transferência, valorização e tratamento de efluentes agropecuários a agroindustriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3.4.4. Soluções visando a legalização das vacarias ilegais em Barcelos - fundamentação

Identificados os principais problemas que se colocam à legalização das vacarias ilegais em Barcelos, as seguintes perguntas colocam-se:

- Qual será a melhor solução para resolver o problema das vacarias ilegais no Concelho de Barcelos?
- Será possível a legalização de todas as vacarias?

A resposta não se assume simples.

Temos por um lado as vacarias que serão facilmente legalizáveis dado que se inserem em RAN e as não legalizáveis, ora porque se situam em REN ora porque se encontram em aglomerados urbanos, estando em causa questões que se relacionam com agressões ambientais, urbanísticas e económico-sociais.

O problema reside obviamente nas explorações que se situam em REN e nos espaços urbanos.

Na revisão do PDM de Barcelos, com o intuito de resolver os problemas com algumas explorações agropecuárias integradas em REN, foi proposto pelo município excluir da REN áreas efetivamente já comprometidas, a saber:

- 38 Explorações agropecuárias com área total ou parcial em REN;
- Todas elas inseridas em “Áreas de Infiltração Máxima”;
- A área a excluir da REN respeitante a vacarias atinge os 21.3 hectares.

A solução para o problema das vacarias ilegais localizadas em espaço urbano ou urbanizável no concelho de Barcelos, passará inexoravelmente pela categoria de espaço “*Espaços Urbanos de Baixa Densidade*”, constante da Carta de Ordenamento do PDM de Barcelos.

A minha fundamentação é apoiada na análise do Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 de Maio, o qual estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo.

As hipóteses para legalizar as explorações agropecuárias em causa, passarão por reclassificar os terrenos onde se localizam, como:

- **Espaços urbanos de baixa densidade:**

“Áreas edificadas com usos mistos às quais o plano municipal de ordenamento do território atribui funções urbanas prevalecentes e que devem ser objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas”.

- **Aglomerados rurais:**

“Espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, devendo ser delimitados no plano diretor municipal com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características”;

Devido às características geo-sociais do Minho, e de Barcelos em particular, em que a ocupação humana é difusa por todo o território. Existem inúmeras explorações agropecuárias junto de habitações, muitas delas dos próprios proprietários das vacarias. Acresce que a maior parte das vacarias já existia nos locais muito antes da maior parte das habitações.

Isto colocou graves problemas de coexistência entre as explorações e os habitantes de certas zonas, contudo, não cabe aos agricultores a responsabilidade de antes de existirem os planos diretores municipais, serem praticamente inexistentes regras e existir construção desgregada.

Nada impede que no interior de um aglomerado urbano se conservem quintas com a sua atividade agrícola por razões de composição urbana. Dentro de uma unidade territorial de uso agrícola não existem apenas campos de cultivo, existem vias, edifícios de apoio à agricultura e outros elementos que até podem parecer estranhos à

atividade agrícola mas com sentido complementar na sustentação económica das explorações agrícolas.

A reclassificação da maior parte das explorações existentes em espaço urbano, para **Espaço Urbano de Baixa Densidade**, é na minha perceção, a melhor solução para as explorações agropecuárias existentes em Espaço urbano ou urbanizável no concelho de Barcelos.

Outras soluções:

- As explorações pecuárias que não possam ser licenciadas, devem ser deslocalizadas para zonas próprias, como o que acontece com as zonas industriais, neste caso específicas para este tipo de explorações, havendo assim um melhor planeamento desta atividade;
- Estas áreas de possível concentração de explorações agropecuárias, constituir-se-iam como a solução para o caso de vacarias de grande dimensão e com grande número de efetivos (cabeças de gado), que se localizassem perto de aglomerados urbanos e que devido á sua dimensão já estariam a pôr em causa a qualidade de vida dos moradores. Para não cessarem atividade, devidamente apoiados pelo governo e município, poderiam deslocalizar para estas “áreas de concentração de produção leiteira”;
- Estas áreas, que certamente iriam precisar de alguma dimensão, deverão se localizar em áreas da RAN ou Espaços Florestais, sem pôr contudo em causa os valores naturais;
- As explorações que se localizam simultaneamente em áreas da REN e da RAN deverão ver o seu solo reclassificado somente como RAN, à exceção dos casos em que a exploração esteja de facto a colocar em causa algum valor natural protegido;

- Classificação do solo como **aglomerado rural**, permitindo ao agricultor ter casa perto da sua exploração, sendo que esta categoria de espaço permite o uso misto, residencial e de atividade agrícola;
- Com o intuito de tornar o setor mais competitivo e acompanhar a evolução das exigências da Comunidade europeia para o setor, deverá ser estudada a hipótese de criação de uma grande ETAR para tratamento de todos os efluentes e águas pluviais resultantes da atividade das explorações agropecuárias. Devido ao grande número de vacarias do concelho esta será com certeza uma realidade próxima, proporia que esta se localizasse na parte Sul do concelho, onde aliás se localiza grande parte das explorações.

Não será, com certeza, possível a legalização de todas as vacarias que se encontram ilegais, pode surgir o caso de uma ou de outra localizada num aglomerado urbano que por agressões ambientais, urbanísticas ou económico-sociais tenha que ser encerrada, mas o número não será elevado. Mas para que nenhuma tenha que fechar, deverão ser criadas zonas específicas para vacarias, oferecendo assim solução para a sua quase totalidade, protegendo e qualificando um setor da mais vital importância para o concelho e para o país.

A partir deste setor é possível criar riqueza e emprego para Barcelos e para Portugal.

3.4.5. Fundamento da escolha da categoria Espaço Urbano de Baixa Densidade como a melhor solução para solucionar o problema das vacarias ilegais que se encontram em espaço urbano/urbanizável, com base na pesquisa de outras perceções sobre os *espaços urbanos de baixa densidade*.

Atentei com grande interesse à opinião de Guerreiro, Rui (2009, citado por Seixas, João em A Cidade na Encruzilhada, 2013) em que refere o fenómeno da urbanização de baixa densidade:

Assume hoje um protagonismo incontornável na morfologia e geometria dos sistemas urbanos. A cidade tradicional compacta expandiu-se a diferentes ritmos e direções, dando origem a uma imagem urbana complexa, difusa e variável do ponto de vista das densidades, ocupando áreas de génese agrícola e florestal que em décadas anteriores possuíam um importante papel na subsistência das famílias.

(...)

O emergir desta configuração urbana acarreta custos inquestionáveis para a sustentabilidade ambiental e financeira dos sistemas urbanos, nomeadamente pelo (a): consumo do solo rural, de e recursos hídricos e energéticos; infraestruturação das novas bolsas de urbanização; segregação social; ausência de equipamentos coletivos, serviços e funções urbanas; insegurança gerada pelo isolamento; dependência do veículo particular.

Esta dinâmica, que é comum observar ao longo do arco mediterrânico, é particularmente visível, no caso português, em diversas manchas das duas grandes áreas metropolitanas, em vários territórios de ocupação extensiva semiurbana, e no barrocal e litoral da região do Algarve.

(...)

Tendo presente a expressão emergente deste fenómeno, é essencial promover políticas de ocupação do solo, com reflexos imediatos ao nível dos Planos Diretores Municipais, no sentido de fomentar lógicas de ocupação do espaço mais coerentes e sustentáveis, permitindo ao espaço urbano crescer de forma faseada e programada, não colocando em risco as perspetivas de desenvolvimento das gerações futuras.

Neste contexto, é essencial que os gestores do território, atuais e futuros, percebam as externalidades sociais, económicas, ambientais e paisagísticas geradas por este fenómeno e desenvolvam mecanismos de contenção rigorosos e claros com base na formulação de normativos de edificação que travem a proliferação do edificado nas áreas não afetadas. Complementarmente, deverão ser desenvolvidos estudos urbanísticos de pormenor no sentido de aferir os diferentes gradientes de densidade do edificado e o nível de infraestruturação básica patentes nos territórios afetados, tendo em vista identificar as áreas críticas que deverão ser alvo de ações de planeamento integrado com base em instrumentos de gestão de escala inferior, nomeadamente de Planos de Urbanização ou de Pormenor.

3.5. Amostra de exemplos relacionados com a problemática

Apresentação de casos resultantes de uma pesquisa realizada no sentido de procurar exemplos noutros casos de municípios que se deparam com problemas de legalização de explorações agropecuárias.

Será apresentado o caso de Leiria e o seu problema com as suiniculturas, em que à semelhança de Barcelos, se deparam com problemas para legalizar as centenas de suiniculturas no seu território e com um problema ambiental resultante dos dejetos das suiniculturas. Será ainda apresentado o caso de Torres Vedras, sendo um bom exemplo de um município que tenta responder a perguntas mais frequentes relacionadas com as agropecuárias. Por último o exemplo empresarial, no caso a Leicar, para demonstrar o porquê de existirem muitas vacarias na zona Sul do concelho de Barcelos.

3.5.1. Suiniculturas – Leiria

A título de exemplo o concelho de leiria desde há muito que se debate com os problemas ambientais relacionados com explorações agropecuárias, no caso, suiniculturas. Leiria possuía há alguns anos no seu território concelhio 681 suiniculturas (em termos quantitativos um número próximo do que existe em Barcelos com as vacarias). A saída encontrada e proposta pela Câmara Municipal de Leiria passaria pela possibilidade de regularização para as explorações pecuárias que apresentassem condições para tal, através de uma alteração proposta ao PDM, no sentido de enquadrar o processo de licenciamento das instalações afetas à atividade pecuária. Este constitui “um primeiro passo” no sentido de legalizar e ordenar uma atividade económica tão importante para o concelho. O PDM em vigor interdita instalações agropecuárias nos perímetros urbanos, impossibilitando a sua regularização. Como tal poderia ser permitido o concretizar de situações existentes à entrada em vigor do PDM em setembro de 1995.

Cerca de metade das explorações/suíniculturas (52%) localizam-se em solo rural – espaços florestal e agrícola – e a outra metade (48%) em espaço urbano ou urbanizável.

O Regime do Exercício da Atividade Pecuária (REAP) prevê um período transitório e regime excecional de regularização das explorações agropecuárias, dando assim abertura para se proceder a alteração no PDM.

São apontados alguns problemas aos PDM's de antiga geração. Não foram tidas em conta as realidades já existentes e não foram consideradas na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial em vigor. O PDM ao ter integrado atividades pecuárias no solo urbano, permitiu indiretamente que estas ficassem reféns de limitações urbanísticas que prejudicariam, a médio ou longo prazo, o seu desenvolvimento. Outro problema apontado foi a ausência de soluções para a deslocalização das pecuárias inseridas em perímetros urbanos, que necessitam de realocação dada a insuficiência de áreas necessárias para a sua adaptação aos novos requisitos legais.

3.5.2. Torres Vedras – Perguntas mais frequentes sobre o licenciamento de atividades agropecuárias

Numa perspetiva de pesquisar exemplos de locais que tenham tido problemas idênticos, de legalização de explorações agropecuárias, para comparar o que foi feito e até retirar lições para este caso em particular, surge o exemplo de Torres Vedras. O município lançou um documento no sentido de facilitar, por parte dos produtores, o acesso a informação importante no que diz respeito ao licenciamento das explorações agropecuárias.

Assim, apresentarei algumas das questões mais relevantes:

- **Onde se pode localizar uma agropecuária no concelho de Torres Vedras?**

A única classe de espaço onde é possível instalar uma agropecuária é numa das áreas classificadas como *áreas agroflorestais* no PDM.

Não basta que o terreno tenha esta classificação para se instalar aí uma vacaria, tem que obedecer também às condições de edificação estabelecidas no regulamento do PDM.

- **É possível a legalização de uma agropecuária que não cumpra os requisitos referidos?**

Contudo se uma agropecuária não cumprir os requisitos estabelecidos no regulamento do PDM em causa, é possível a sua legalização para casos de explorações existentes à data de entrada em vigor do PDM da localidade. Será alvo de análise e parecer por um grupo de trabalho composto por representantes da entidade coordenadora do licenciamento e da entidade que tutela o ambiente e o ordenamento do território e da câmara municipal.

O grupo de trabalho emite parecer sobre a legalização no prazo de 10 dias, o qual pode assumir uma das seguintes formas:

1. Parecer favorável;
2. Parecer favorável condicionado ao cumprimento de eventuais restrições ou condições específicas;
3. Parecer desfavorável.

Nem todas as agropecuárias que se enquadrem no regulamento do PDM são passíveis de legalização, pois para além do parecer do grupo de trabalho, caberá à câmara municipal decidir sobre a sua legalização.

As instalações agropecuárias localizadas dentro ou nas imediações de aglomerados urbanos que disponham de reclamações da população ou das juntas de freguesia dificilmente serão legalizadas.

- **Como posso saber a classificação de uma agropecuária?**

O Decreto-Lei n.º 214/08 de 10 de novembro (REAP – Regime do Exercício da Atividade Pecuária) classifica as unidades pecuárias em 3 classes (1, 2 e 3) consoante a dimensão de animais que possuam.

Caso a atividade pecuária se localize em área cujo instrumento de gestão territorial não admita expressamente o uso pretendido, o requerente está obrigado a apresentar obrigatoriamente informação prévia à câmara municipal, para efeitos de instrução do processo na entidade coordenadora. A única classe de espaço que permite a instalação de agropecuárias é a *agroflorestal*, pelo que em qualquer outra classe de espaço definida no PDM está interdita este tipo de instalações.

A Portaria n.º 638/09 de 9 de junho, estabelece as normas regulamentares específicas aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais da espécie bovina, nas explorações e nos núcleos de produção de bovinos.

3.5.3. Leicar – Associação Portuguesa de Produtores de Leite e Carne de Entre Douro e Minho

“Leicar investe 25 milhões em unidade de processamento”

Numa primeira fase o investimento será dividido em 2 partes, sendo que a primeira, com apoios do PRODER, para a montagem do equipamento, que ronda os 13 milhões de euros e que terá capacidade para recolher e transformar todo o leite que a associação recolhe (250 mil litros dia). O objetivo é montar duas linhas de enchimento de leite UHT de litro e litro e meio e uma outra de embalagem de 200 ml, para além de uma linha de produção de sumos derivados de leite.

Segundo palavras de responsáveis da Leicar, existe uma situação de monopólio na recolha do leite à produção, em virtude de 99.9% do leite UHT embalado em Portugal é a Lactogal que o faz, o que se torna num monopólio quase absoluto, sendo mau para a produção, o consumidor e a distribuição.

Esta nova unidade poderá se constituir como fundamental para o setor, a concentração no setor do leite é prejudicial a toda a gente envolvida na cadeia, esta nova fábrica é um projeto fundamental para o setor, com o intuito de quebrar a situação de monopólio quase absoluto na recolha de leite à produção, para além da Lactogal (que tem como acionistas a Agros, a Proleite e a Lacticoop), só a Serraleite em Portalegre, que embala entre os 40 e 60 mil litros por dia, é a exceção.

Agregando um total de 1250 agricultores associados, 400 dos quais só do concelho de Barcelos, fazendo recolhas de Norte a Sul e inclusive no Baixo Alentejo, 85% do leite recolhido seguia até agora para exportação para Espanha e os restantes 15% eram fornecidos a queijarias portuguesas.

Relativamente à questão do preço pago ao produtor, a Leicar defende que nunca terá como objetivo grandes lucros, apostando antes em pagar um preço mais justo aos produtores, do que aquele que têm recebido por parte da Agros, assumindo-se esta como uma das razões da existência do investimento por parte desta associação. Outra das razões é, segundo a Leicar, existirem muitos produtores que estão á espera da abertura da fábrica para fornecer leite à Leicar.

Uma das pessoas que se reuniu com os responsáveis da Leicar e que ao mesmo tempo visitou o local do investimento, foi o presidente da câmara municipal de Barcelos, que de resto elogiou a fábrica, afirmando que esta oferece vantagens, por tratar-se de uma unidade que pode assumir-se como uma ajuda fundamental para os agricultores do setor leiteiro de Barcelos. Apesar de não poder ajudar financeiramente a nova unidade, pois esta não se localiza no município barcelense, admite vontade de colaborar, devido em grande parte à recetividade demonstrada pelos agricultores do seu concelho em fornecer leite à nova unidade. Elogiando o novo investimento, referindo-o como muito interessante, moderno e com boas condições, quer do ponto de vista do tratamento dos produtos, quer da própria aquisição do leite, proporcionando alguma mais-valias e algum ganho aos produtores.

Apesar desta nova unidade se localizar na Póvoa de Varzim, mais concretamente em Rates, onde aliás se encontra sedeadada a associação Leicar, esta forma de cooperativismo encontrada pelos produtores da região para alcançarem um preço mais justo do leite e alcançarem mais-valias associadas a produtos de maior valor acrescentado, com marca própria, é um exemplo que pode e deve ser seguido

por agricultores de todo o país, em virtude de juntos serem mais fortes e evitarem a especulação dos intermediários. Neste caso em particular, este investimento beneficiará em larga escala muitos produtores de leite de Barcelos. Como já foi analisado em pontos anteriores deste relatório, assiste-se a uma concentração espacial de explorações agrícolas na parte sul do concelho de Barcelos, precisamente nas freguesias que fazem fronteira com a Póvoa de Varzim e Famalicão, explorações essas que com esta nova unidade poderão ser muito mais rentabilizadas, estando muito próximas do cliente eliminando assim custos de transporte e outras condicionantes.

Informação útil para os produtores agropecuários consultarem:

- Portaria n.º 1037/2009, de 11 de setembro, e que estabelece as regras de acesso ao Proder;
- Decreto-Lei n.º 214/2008, que aprova o regime de exercício da atividade pecuária (REAP).

4. Conclusão

Este trabalho é o resultado de um ano de estágio na CCDRN, mas também de mais alguns meses desde o término de mesmo. Foi relatado ao longo do trabalho a capacitação que adquiri ao trabalhar num organismo do estado central que pauta a sua atividade nas questões relacionadas com o ordenamento e o planeamento do território.

Em síntese, apresento duas conclusões do estágio, por um lado a aprendizagem e o trabalho resultantes deste período e por outro uma reflexão sobre as vantagens de o Geógrafo amplificar as suas capacidades através da realização de estágios e o quão importante se reveste uma experiência profissional, demonstrando-o com o meu caso em particular.

Aprendizagem, erro, capacitação, realização foram alguns dos epítetos que posso alocar a este estágio, em que me adaptei, aprendi e errei. Termino-o com o sentimento de realização e capacitação em que o meu trabalho como geógrafo estava a ganhar sentido e utilidade social, fazendo-me sentir necessário e capaz de influenciar positivamente através do meu trabalho.

Aqui relato as ações que realizei desde a análise de processos de usos e ações em terrenos da Reserva Ecológica Nacional, o acompanhamento de revisões de Planos Diretores Municipais (Vila Verde e Barcelos), à inserção dos processos em falta na base de dados Expedientíssimo e as pedreiras ilegais.

No âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial procurei soluções para a problemática das vacarias ilegais que se encontram em terrenos da REN e em espaços urbanos, no concelho de Barcelos, que se veio a transformar numa simbiose com o trabalho desenvolvido há volta da revisão do PDM de Barcelos.

A reclassificação do solo como Espaço de Baixa Densidade poderá salvar a grande maioria das explorações agropecuárias, sendo esta a melhor solução e a mais enquadrada em termos legais para a problemática. Contudo não se sabe se será possível legalizar todas as vacarias, mas é minha crença que a esmagadora maioria continuará a fazer do setor do leite, um setor forte, com enorme potencial e vital para o crescimento e desenvolvimento do Minho rural e de Barcelos em particular.

O autor Jean-Paul Lacaze refere que o *“...fenómeno da urbanização e dos problemas que ela envolve, mostrando, simultaneamente, que ela é uma necessidade que vem acompanhando o homem enquanto ser gregário. Compara diversas fases de desenvolvimento do assunto, como fenómeno motivado pelas grandes movimentações sociais e políticas em diversas partes do mundo. Atualmente (...) considera que é preciso reforçar o ordenamento das cidades principais e começar a gerir os espaços com fraca densidade populacional.”*.

O objetivo primordial passou pela importância experimental do estágio na minha afirmação profissional como Geógrafo.

A passagem do mundo académico para o profissional é dos passos mais importantes para um licenciado.

É por demais evidente que só se aprende, fazendo, ou seja, no curso de Geografia, como em muitos outros cursos, adquirimos todo um conjunto de valências alicerçadas em componente teórica, havendo a assinalar que tive cadeiras tanto na licenciatura como no mestrado, que dispunham de uma grande componente prática, sobretudo ligadas a cartografia e aos Sistemas de Informação Geográfica vulgarmente conhecidos como SIG's.

Apesar de dispormos da componente prática que referi anteriormente, mesmo assim, penso que a oportunidade de alunos de Geografia realizarem estágios, sejam eles curriculares ou profissionais, em organismos da administração central e local e até mesmo em entidades do setor privado, é essencial para entrarmos no mercado de trabalho dotados de ferramentas cognitivas mais aprofundadas.

Seria de todo essencial haver uma continuação no seio do curso e mestrado de Geografia, de uma política de inserção dos alunos em estágios, tanto na CCDRN (o meu caso), como em municípios ou no setor privado. Trabalhar em conjunto com CCDR's, Universidades, Câmaras municipais e outros profissionais no sentido de identificar as questões cruciais, e permitir ao Geógrafo assumir um lugar de destaque e fazendo com que a relevância do conhecimento técnico se torne em interesse público.

Do meu primeiro contacto com o mundo, ao mundo com que contacto.

Ligação entre espaço vivido (físico), o espaço concebido (social) e Espaço percecionado (mental), o exemplo de uma reflexão geográfica.

5. Referências Bibliográficas:

- **SEIXAS, João** (2013), “A urbanização de baixa densidade” in A Cidade Na Encruzilhada, Repensar a cidade e a sua política, caixa 2, p. 77-78.
- **SOUSA, Maria José** (2011), Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios: segundo Bolonha.
- **AZEVEDO, Mário** (2009), Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões para a estruturação da escrita, p. 8-20 e p. 85-99.
- **LACAZE, Jean Paul** (1998), O Ordenamento do Território, Instituto Piaget.
- **PLANEAMENTO** – Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território n.º 1 (2003), da Universidade de Aveiro.
- **Diplomas Legais, Documentos e Sites Institucionais:**
 - ✓ **Relatório anual de atividades 2011 da CCDR-N Estrutura Sub-Regional de Braga**
 - ✓ **Ordenamento do Território e REN.** Ver em <http://www.ccdr-n.pt>
 - ✓ **Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional**, ver em Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de Novembro que republica o Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto.
 - ✓ **Condições e requisitos a que ficam sujeitos os Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental de áreas integradas na REN**, ver a Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro que substitui a Portaria n.º 1356/2008.
 - ✓ **Direção Regional de Agricultura**, ver em <http://www.drapn.min-agricultura.pt>
 - ✓ **A Evolução do Setor Leiteiro em Portugal.** Ver em <http://www.patraoneves.eu>
 - ✓ **Missão e atribuições das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.** Ver em Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de Outubro.
 - ✓ **Cartografia a utilizar nos IGT'S**, ver Decreto Regulamentar n.º 10 de 2009, de 29 de Maio.

- ✓ **Critérios de Classificação e reclassificação do solo**, ver Decreto Regulamentar n.º 11 de 2009, de 29 de Maio.
- ✓ **Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro. Decreto Regulamentar n.º 9 de 2009, de 29 de Maio.**
- ✓ **Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.**
- ✓ **Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro.**
- ✓ **Portaria n.º 137/2005, de 2 de Fevereiro.**
- ✓ **Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro.**
- ✓ **Regulamento do PDM de Barcelos (Resolução do conselho de ministros nº64/95).**
- ✓ **Relatório da proposta da revisão do PDM de Barcelos (2013).**
- ✓ **Camara municipal de Torres Vedras, ver em <http://www.cm-tvedras.pt/>.**

- **Imprensa:**

- ✓ **Barcelos Popular**, 04/03/2010, ver em <http://www.barcelos-popular.pt/index.php?zona=ntc&tema=8&lng=pt&pag=56&id=2589>.
- ✓ **Boletim do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos n.º 8**, Janeiro de 2006.
- Leicar investe 25 milhões**, Vida Económica adaptado pela Milknet, 19/7/2011, ver em <http://www.milknet.com.br/print.php?pg=noticia&id...INVESTE>
- ✓ **Valorizar o leite para vencer a crise**, 09/08/2013, ver em <http://aprolep.wordpress.com/comunicados/>
- ✓ **Entrevista do Presidente da Leicar**, Dinheiro Vivo a 19/07/2012, ver em <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO053227.html>
- ✓ **Suiculturas**, Região de Leiria a 22/04/2012, ver em <http://www.regiaodeleiria.pt/blog/2012/04/12/camara-de-leiria-da-primeiro-passo-para-legalizar-suiculturas/>

6. Anexos

6.1. Anexo I: Quadro com as freguesias de Barcelos

Freguesias de Barcelos anteriores á reorganização		Freguesias de Barcelos posteriores á reorganização	
• Abade de Neiva;	• Manhente	• União de freguesias de Alheira e Igreja Nova	
• Aborim;	• Mariz	• União de Freguesias de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	
• Adães;	• Martim	• União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados	
• Aguiar;	• Midões	• União das freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescaíinha (S. Martinho e São Pedro)	
• Airó;	• Milhazes	• União das Freguesias de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	
• Aldreu;	• Minhotães	• União das freguesias de Carreira e Fonte Coberta	
• Alheira;	• Monte Fralães	• União das freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	
• Alvelos;	• Moure	• União das freguesias de Durrães e Tregosa	
• Alvito (São Martinho);	• Negreiros	• União das freguesias de Gamil e Midões	
• Alvito (São Pedro);	• Oliveira	• União das freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	
• Arcozelo;	• Palme	• União das Freguesias de Negreiros e Chavão	
• Areias;	• Panque	• União das freguesias de Quintiães e Aguiar	
• Areias de Vilar;	• Paradela	• União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (S. João e St. Estevão)	
• Balugães;	• Pedra Furada	• União das freguesias de Silveiros e Rio Covo (Sta. Eulália)	
• Barcelinhos;	• Pereira	• União de freguesias de Tamel (Sta. Leocádia) e Vilar do Monte	
• Barcelos;	• Perelhal	• União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte Fralães	
• Barqueiros;	• Pousa	• União das freguesias de Vila Cova e Feitos	
• Bastuço (Santo Estevão);	• Quintiães	• União das Freguesias de Creixomil e Mariz	
• Bastuço (São João);	• Remelhe	• Abade de Neiva; Aborim; Adães; Airó; Aldreu; Alvelos; Arcozelo; Areias; Balugães; Barcelinhos; Barqueiros; Cambeses; Carapeços; Carvalhal; Carvalhos; Cossourado; Cristelo; Fornelos; Fragoso; Tamel (S. Veríssimo); Galegos (Sta. Maria e S. Martinho); Gilmonde; Lama; Lijó; Macieira de Rates; Manhente; Martim; Moure; Oliveira; Palme; Panque;	
• Cambeses;	• Rio Covo (Santa Eugénia)		
• Campo;	• Rio Covo (Santa Eulália)		
• Carapeços;	• Roriz		
• Carreira;	• Sequeade		
• Carvalhal;	• Silva		
• Carvalhos;	• Silveiros		
• Chavão;	• Tamel (S. Leocádia)		
• Chorente;	• Tamel (São Pedro Fins)		
• Cossourado;	• Tamel (São Veríssimo)		
• Courel;	• Tregosa		
• Couto,	• Ucha		
• Creixomil;	• Várzea		
• Cristelo;	• Viatodos		
• Durrães;	• Vila Boa		
• Encourados;	• Vila Cova		
• Faria;	• Vila Frescaíinha (S. Martinho)		
• Feitos;	• Vila Frescaíinha (São Pedro)		
• Fonte Coberta;			
• Fornelos;			
• Fragoso;			
• Galegos (Santa Maria);			
• Galegos (São Martinho);			
• Gamil;			
• Gilmonde;			

-
- | | | |
|---------------------|------------------|--|
| • Góios | • Vila Seca | Paradela; Pereira; Perelhal; Pousa; Remelhe; |
| • Grimancelos | • Vilar de Figos | Rio Covo (Sta. Eugénia); Roriz; Várzea; Vila |
| • Gual | • Vilar do Monte | Seca; Ucha; Silva. |
| • Igreja Nova | | |
| • Lama | | |
| • Lijó | | |
| • Macieira de Rates | | |

6.2. Anexo II: Quadro caracterizador dos processos que analisei na ESR Braga da CCDR-N

Nº Processo	Data	Pretensão	Grupo de assuntos	Localização	Sistema REN	Parecer Final
572341	12-11-2012	Plantação de mirtilos e construção de tanque	Comunicação prévia	Vilela, Amares	Cabeceiras das linhas de água	Favorável, condicionado
568260	08-11-2012	Furo e automatização da rede de rega	Comunicação prévia	Oliveira, Arcos de Valdevez	Áreas de infiltração máxima	Favorável
533981	03-09-2012	Colocação de estufas ornamentais	Autorização	Abade de Neiva, Barcelos	Áreas com risco de erosão	Favorável
534045	19-04-2012	Implantação de apiários	Autorização	Tamel Santa Leocádia e Abade Neiva, Barcelos	Cabeceiras das linhas de água	Isenta de qualquer procedimento
534045	20-07-2012	Terraplanagem de terrenos	Autorização	Tamel Santa Leocádia e Abade Neiva, Barcelos	Cabeceiras das linhas de água	Desfavorável
564442	11-02-2013	Espaços verdes equipados de utilização coletiva	Comunicação prévia	Vila Frescainha (São Martinho), Barcelos	Zonas ameaçadas pelas cheias	Isenta de qualquer procedimento
584181	-	Construção de anexo agrícola	Queixa	Galegos Santa Maria, Barcelos	-	Violação do RJREN
527833	09-05-2012	Legalização de anexo agrícola	Autorização	Carvalhas, Barcelos	Cabeceiras das linhas de água	Desfavorável
526881	29-03-2012	Licenciamento de instalação elétrica	Autorização	S. Victor e S. Lazaro, Braga	Leitos de cursos de água	Favorável, condicionado
595427	07-02-2013	Pomar de mirtilos	Comunicação prévia	Gondizalves, Braga	Áreas de infiltração máxima	Isenta de qualquer procedimento
547982	26-06-2012	Parque de lazer	Autorização	Palmeira, Braga	Zonas ameaçadas pelas cheias, Áreas de Infiltração Máxima	Desfavorável
579221	21-11-2012	Plano de gestão florestal	Autorização	Cabeceiras de Basto, Cabeceiras de Basto	Áreas com risco de erosão, leitos de curso de água	Favorável
581535	19-11-2012	Implantação de apiários	Autorização	Bucos, Cabeceiras de Basto	Áreas com risco de erosão	Isenta de qualquer procedimento
593463	05-02-2013	Controlo de vegetação existente	Comunicação prévia	Cabeceiras de Basto, Cabeceiras de Basto	Áreas com risco de erosão	Favorável
568241	26-09-2012	Vedação de terreno agrícola	Autorização	Ancora, Caminha	Zonas ameaçadas pelas cheias, leitos de curso de água	Favorável
524558	07-05-2012	Obras não licenciadas	Queixa	Ancora, Caminha	Zonas ameaçadas pelas cheias, leitos de curso de água	Violação do RJREN
568596	16-10-	Limpeza de terreno/Ervas	Comunicação	Infesta, Celorico de Basto	Áreas de infiltração máxima	Favorável

	2012	aromáticas	prévia			
540474	17-05-2012	Pedido de alteração da classificação do solo	Autorização	Carvalho, Celorico de Basto	Área com risco de erosão	Desfavorável
548768	23-07-2012	Viabilidade de construção de parque solar	Autorização	Corgo e gagos, Celorico de Basto	Áreas de infiltração máxima	Favorável
553085	30-10-2012	Instalações de estufas	Autorização	Apúlia, Esposende	Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
546660	04-06-2012	Instalação de estábulo de cabras	Autorização	Marinhas, Esposende	Arribas	Desfavorável
527535	17-07-2012	Ampliação instalações agrícolas	Autorização	Vila Cova, Fafe	Áreas com risco de erosão	Desfavorável
605739	14-02-2013	Restauro de edifício existente	Comunicação prévia	Travassós, Fafe	-	Isenta de qualquer procedimento
571975	31-10-2012	Licenciamento das alterações da habitação	Autorização	Gondomar, Guimarães	Áreas com risco de erosão	Favorável
524524	11-07-2012	Apoio agrícola	Autorização	Aldão, Guimarães	Áreas de infiltração máxima	Favorável
516924	11-02-2013	Construção de sistema de saneamento	Comunicação prévia	Couso, Melgaço	Áreas com risco de erosão	Favorável condicionado
528514	26-03-2012	Construção de estação elevatória	Autorização	Pias, Monção	Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
579121	27-11-2012	Instalação de sistema de rega e tubo	Comunicação prévia	Ceivães, Monção	Áreas de infiltração máxima	Favorável
527304	06-07-2012	Construção de muro	Autorização	Mazedo. Monção	Zonas ameaçadas pelas cheias, Áreas de infiltração máxima	Desfavorável
558208	30-10-2012	Construção de captação de água	Autorização	Mozelos, Paredes de Coura	Leitos de cursos de água, Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
557966	30-08-2012	Beneficiação de caminho agrícola	Autorização	Azias, Ponte da Barca	Áreas com risco de erosão	Favorável
548773	?-11-2012	Beneficiação de Charca de água	Autorização	Entre-Ambos-os-Rios, Ponte da Barca	Áreas com risco de erosão	Desfavorável
566830	10-10-2012	Instalação de estufa e armazém de apoio	Autorização	Anais, Ponte de Lima	Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
582785	29-11-2012	Instalação de estufa para produção cogumelos	Autorização	Calvelo, Ponte de Lima	Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
582965	18-12-2012	Instalação de estufa para produção cogumelos	Autorização	Calvelo, Ponte de Lima	Áreas de infiltração máxima	Isenta de comunicação prévia

536807	03-07-2012	Desvio de linha de água e sucata ilegal	Queixa	Fontão, Ponte de Lima	Leitos de cursos de água, Zonas ameaçadas pelas cheias	Violação do RJREN
511859	23-11-2012	Construção de moradia unifamiliar	Autorização	Ajude, Póvoa de Lanhoso	Leitos de cursos de água, Áreas com risco de erosão	Desfavorável
527860	02-08-2012	Alteração do uso de edificação	Autorização	Monte, Terras de Bouro	Áreas de sobreposição, Perímetro Florestal da Abadia	Desfavorável/Violação
593039	30-01-2013	Instalação de estufa e armazém de apoio	Comunicação prévia	Ganfei, Valença	Áreas de infiltração máxima, Zonas ameaçadas pelas cheias	Favorável (Apoio) Desfavorável (estufa)
553093	18-10-2012	Instalação de estabelecimento de Aquicultura	Autorização	Darque, Viana do Castelo	Estuário e faixa delimitada pela Linha máxima da preia-mar	Favorável condicionado
557193	13-09-2012	Estufa agrícola e instalações de apoio	Autorização	Santa Marta de Portuzelo, Viana Castelo	Leitos de cursos de água, Áreas de infiltração máxima	Favorável condicionado
557958	06-09-2012	Instalação de Apoio Mínimo e Apoio de Praia	Autorização	Darque, Viana do Castelo	Praias, Zonas ameaçadas pelas cheias, Áreas Inf. Máxima	Favorável
525762	16-04-2012	Implantação de hangar para canoagem	Autorização	Lanheses, Viana do Castelo	Zonas ameaçadas pelas cheias, Áreas de infiltração máxima	Favorável
534775	30-04-2012	Reconstrução de edifício para Apoio piscatório	Autorização	Carreço, Viana do Castelo	Dunas Litorais	Isenta de qualquer procedimento
579468	14-11-2012	Estufa para produção de cogumelos	Autorização	Gomide, Vila Verde	Encostas com Declive superior a 30%	Desfavorável
523308	22-02-2013	Remodelação de terreno	Autorização	Azões, Vila Verde	Cabeceiras das linhas de água	Contraordenação ambiental grave

6.3. Anexo III: REN da Região do Norte – ponto de situação em Fevereiro de 2013.

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
01	Alfândega da Fé	RCM n.º 146/96, de 11 de Setembro					X		
02	Alijó	RCM n.º 115/96, de 30 de Julho					X		
03	Amarante	<p>RCM n.º 65/00, de 01 de Julho – a carta residente na CCDRN tem data de 1996</p> <p>Aviso n.º 2922/2010, de 2 de Outubro (Correção integral da Carta da REN - foi retirado parte do leito de um curso de água, anteriormente classificado como REN, junto do novo hospital de Amarante)</p> <p>Aviso n.º 6722/2012, de 16 de Maio (correção integral da Carta da REN – foram retirados vários troços de leitos de água)</p>			X				

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
04	Amares	Portaria n.º 37/2013, de 30 de Janeiro							X
05	Arcos de Valdevez	RCM n.º 35/2008, de 25 de Fevereiro							X
06	Armamar	RCM n.º 149/96, de 11 de Setembro					X		
07	Arouca	Portaria n.º 112/2011, de 21 de Março Declaração de Rectificação n.º 14/2011, de 20 de Maio							X
08	Baião	Portaria n.º 1125/94, de 20 de Dezembro RCM n.º 115/2003, de 13 de Agosto (Parcial – 1 Folha)				X			
09	Barcelos	RCM n.º 43/96, de 17 de Abril				X			
10	Boticas	RCM n.º 46/2008, de 29 de Fevereiro							X
11	Braga	RCM n.º 57/2000, de 28 de Junho				X			
12	Bragança	Portaria n.º 466/2010, de 6 de Julho							X

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
13	Cabeceiras de Basto	Portaria n.º 544/2009, de 20 de Maio							X
14	Caminha	RCM n.º 157/96, de 18 de Setembro Aviso n.º 6788/2012, de 17 de Maio (correção material das Zonas ameaçadas pelas cheias das folhas A e C)				X			
15	Carraceda de Ansiães	Portaria n.º 61/94, de 27 de Janeiro			X				
16	Castelo de Paiva	RCM n.º 43/2001, de 09 de Maio Aviso n.º 19364/2010, de 30 de Setembro (correção material da folha 3 - foi retirado um curso de água, anteriormente classificado como REN, na Zi de Pedorido, incluída na zona carbonífera do Couto Mineiro do Pejão)	X						
17	Celorico de	RCM n.º 177/96,					X		

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
	Basto	de 22 de Outubro RCM n.º 53/2003, de 5 de Abril (alteração da Folha n.º 210/490, de acordo com os Planos de Pormenor de São Silvestre e da Ribeira)							
18	Chaves	RCM n.º 17/99, de 16 de Março		X					
19	Cinfães	RCM n.º 123/95, de 06 de Novembro	X						
20	Espinho	RCM n.º 39/96, de 15 de Abril				X			
21	Esposende	RCM n.º 141/96, de 30 de Agosto					X		
22	Fafe	RCM n.º 63/96, de 08 de Maio				X			
23	Felgueiras	RCM n.º 72/96, de 15 de Maio			X				
24	Freixo de Espada à Cinta	RCM n.º 56/96, de 26 de Abril	X						
25	Gondomar	RCM n.º 137/2003, de 29 de Agosto Aviso n.º 12062/2011, de 2 de Junho de 2011				X			

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		– correcção material das folhas A, B e C (exclusão de linhas de água, eliminação da simbologia das condutas de água, correcção da representação dos declives > 30% e correcção da representação faixa de protecção dos estuários e faixa de protecção à albufeira)							
26	Guimarães	RCM n.º 127/96, de 22 de Agosto					X		
27	Lamego	RCM n.º 85/99, de 11 de Agosto				X			
28	Lousada	Portaria n.º 44/2013, de 1 de Fevereiro							X
29	Macedo de Cavaleiros	RCM n.º 51/2001, de 16 de Maio				X			
30	Maia	Portaria n.º 183/2009, de 20 de Fevereiro							X
31	Marco de Canaveses	Portaria 1068/93, de 25 de Outubro				X			
32	Matosinhos	RCM n.º 196/97, de 05 de Novembro		X					
33	Melgaço	Portaria 1037/95, de 25 de Agosto						X	

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
34	Mesão Frio	Portaria n.º 68/2012, de 22 de Março							X
35	Miranda do Douro	RCM n.º 69/2000, de 01 de Julho				X			
36	Mirandela	RCM n.º 160/96, de 18 de Setembro			X				
37	Mogadouro	RCM n.º 176/96, de 19 de Outubro		X					
38	Moimenta da Beira	RCM n.º 153/96, de 13 de Setembro					X		
39	Monção	Portaria n.º 470/2010, de 7 de Julho							X
40	Mondim de Basto	RCM n.º 145/96, de 11 de Setembro				X			
41	Montalegre	RCM n.º 158/96, de 18 de Setembro					X		
42	Murça	RCM n.º 129/96, de 22 de Agosto				X			
43	Oliveira de Azeméis	Portaria n.º 288/2011, de 3 de Novembro de 2011							X
44	Paços de Ferreira	RCM n.º 32/2008, de 20 de Fevereiro							X
45	Paredes	RCM n.º 161/96, de 11 de Setembro					X		

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		<p>RCM n.º 193/2003 de 23 de Dezembro (alteração da Folha n.º 123-4, de acordo com o Plano de Urbanização de Sobreira/Recarei)</p> <p>RCM 79/2007, de 15 de Junho (alteração da folha 123-1)</p> <p>RCM 131/2008, de 27 de Agosto (alteração das folhas 111-1 e 111-2)</p> <p>Aviso n.º 3126/2012, de 28 de Fevereiro (correção material da folha n.º 111-4)</p> <p>Portaria n.º 314/2012, de 11 de Outubro (alteração da folha n.º 123-2, enquadrada no procedimento de</p>							

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		alteração do Plano de Urbanização de Cete/Parada)							
46	Paredes de Coura	RCM n.º 144/96, de 11 de Setembro Portaria n.º 70/2012, de 23 de Março (*)							X
47	Penafiel	RCM n.º 163/2007, de 12 de Outubro							X
48	Penedono	Portaria n.º 850/2009, de 7 de Agosto (aprovação da REN com exceção das exclusões 1 e 2)							X
49	Peso da Régua	RCM n.º 172/96, de 16 de Outubro					X		
50	Ponte da Barca	RCM n.º 107/97, de 03 de Julho					X		
51	Ponte de Lima	RCM n.º 81/2005, de 31 de Março (****) Portaria n.º 263/2011, de 9 de Setembro (*)							X
52	Porto	Portaria 1041/91, de 11 de Outubro							
53	Póvoa de	RCM n.º 80/97, de				X			

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
	Lanhoso	14 de Maio							
54	Póvoa de Varzim	RCM n.º 63/2000, de 29 de Junho Portaria n.º 31/2011, de 11 de Janeiro (exclusão de uma área, subdivida em duas, destinada à área industrial da LEICARCOOP)					X		
55	Resende	Portaria n.º 81/2010, de 9 de Fevereiro de 2010							X
56	Ribeira de Pena	Portaria n.º 69/2012, de 22 de Março							X
57	São João da Madeira	Portaria n.º 864/2010, de 7 de Setembro							X
58	São João da Pesqueira	RCM n.º 139/96, de 30 de Agosto			X				
59	Sabrosa	RCM n.º 147/96, de 11 de Setembro				X			
60	Santa Maria da Feira	RCM n.º 73/2000, de 1 de Julho (nova proposta de delimitação da REN, tendente a substituir a constante da Portaria n.º 107/94, de 17 de Fevereiro,						X	

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		<p>resultante da detecção de incompatibilidades entre a cartografia da REN e as cartas de ordenamento do PDM, devido, fundamentalmente, a diferenças de escalas)</p> <p>Portaria n.º 779/2009 (exclusão de uma área, classificada como leito dos cursos de água e área de máxima infiltração, destinada à ampliação da unidade industrial da GOPACA)</p>							
61	Santa Marta de Penaguião	Portaria n.º 39/2013, de 31 de Janeiro							X
62	Santo Tirso	Portaria n.º 1308/2009, de 20 de Outubro							X
63	Sernancelhe	RCM n.º 111/97, de 07 de Julho				X			
64	Tabuaço	<p>RCM n.º 83/99, de 10 de Agosto</p> <p>Portaria n.º 935/2009, de</p>							X

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		20/08/2009 (*)							
65	Tarouca	RCM n.º 117/95, de 02 de Novembro	X						
66	Terras de Bouro	RCM n.º 110/97, de 04 de Julho				X			
67	Torre de Moncorvo	RCM n.º 52/96, de 24 de Abril						X	
68	Trofa	RCM n.º 45/2008, de 29 de Fevereiro Declaração de Rectificação n.º 23/2008, de 29 de Abril							X
69	Vale de Cambra	RCM n.º 111/2008, de 21 de Julho							X
70	Valença	Portaria n.º 14/2012, de 16 de Janeiro							X
71	Valongo	RCM n.º 60/2000, de 29 de Junho; Aviso n.º 8104/2009, de 15 de Abril (correção material da Folha n.º 2) Aviso n.º 13452/2009 de 30 de Julho							X

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		(correção material das Folhas n.º 4 e 5); Portaria n.º 260/2011, de 1 de Agosto (*)							
72	Valpaços	RCM n.º 48/2008, de 4 de Março							X
73	Viana do Castelo	RCM n.º 109/2008, de 11 de Julho							X
74	Vieira do Minho	RCM n.º 150/96, de 12 de Setembro					X		
75	Vila do Conde	RCM n.º 149/98, de 22 de Dezembro	X						
76	Vila Flor	Portaria n.º 1296/93, de 24 de Dezembro			X				
77	Vila Nova de Cerveira	Portaria n.º 36/2010, de 13 de Janeiro de 2010 Declaração de Rectificação n.º 11/2010, de 3 de Março de 2010 (Rectifica a Portaria n.º 36/2010, de 13 de Janeiro, na qual por lapso não foram publicados							X

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		os mapas B e C)							
78	Vila Nova de Famalicão	Portaria n.º 71/2012, de 23 de Março					X		
79	Vila Nova de Foz Côa	RCM n.º 68/96, de 13 de Maio			X				
80	Vila Nova de Gaia	Portaria n.º 788/2009, de 28 de Julho Aviso n.º 27366/2010, de 28 de Dezembro (correção material das folhas n.º 2, 4 e 5) Aviso n.º 8299/2011, de 5 de Abril (correção material da folha n.º 7 - foi retirado parte de um curso de água, anteriormente classificado como REN, ribeiro da Fonte Branca)							X
81	Vila Pouca de Aguiar							X	
82	Vila Real	RCM n.º 141/2008, de 17 de Setembro (resultou da necessidade de se							X

	Concelho	Publicação	Ponto de situação						
			Não em revisão	Em elaboração	Enviada para apreciação à CNREN (sem exclusões)	Enviada para apreciação à CNREN (com exclusões)	Apreciada pela CNREN (com exclusões)	Enviada para aprovação (publicação)	Publicada (após revisão ou primeira publicação atual)
		proceder ao ajustamento da delimitação da REN aos novos limites administrativos do município e da correcção de imprecisões cartográficas)							
83	Vila Verde					X			
84	Vimioso	RCM n.º 169/96, de 15 de Outubro		X					
85	Vinhais	RCM n.º 163/96, de 19 de Setembro					X		
86	Vizela	RCM n.º 127/96, de 22 de Agosto RCM n.º 74/2001, de 26 de Junho (alteração da Folha n.º 3)					X		
85	TOTAL	O concelho do Porto não possui REN	5	4	7	18	16	4	31